

PREGÃO ELETRÔNICO

90020/2026

CONTRATANTE (UASG)

Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus/BA (UASG: 983873)

OBJETO Contratação da aquisição de materiais permanentes indispensáveis para o pleno funcionamento administrativo e operacional das Secretarias e Superintendências vinculadas à Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus - BA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 623.171,89 (seiscentos e vinte e três mil e cento e setenta e um reais e oitenta e nove centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/06/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Sumário

| | |
|---|----|
| 1. DO OBJETO | 3 |
| 2. DO REGISTRO DE PREÇOS..... | 3 |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 4. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i> | 5 |
| 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... | 7 |
| 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. | 8 |
| 8. DA FASE DE JULGAMENTO | 12 |
| 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO..... | 14 |
| 10. DO TERMO DE CONTRATO | 16 |
| 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS..... | 17 |
| 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA | 17 |
| 13. DOS RECURSOS | 18 |
| 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES..... | 19 |
| 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 21 |
| 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 21 |





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS/BA (UASG: 983873)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

(Processo Administrativo 1Doc nº5.977/2026)

Torna-se público que o(a) Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus, por meio do Departamento de Seleção de Fornecedor, sediado na Avenida Dois de Julho, nº 96, Shopping Itaguari, 4º piso, Sala 424B a 426B, Ernesto Melo, CEP 44440-900, Santo Antônio de Jesus, Bahia, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital..

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é contratação da aquisição de materiais permanentes indispensáveis para o pleno funcionamento administrativo e operacional das Secretarias e Superintendências vinculadas à Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus - BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,



devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para o item 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da



contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.



5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.7 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *Valor unitário do item;*

6.1.2 *Marca;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante *não* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01 (um centavo)*.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em



que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



7.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1 empresas brasileiras;

7.23.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



7.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.7.1 conter vícios insanáveis;
 - 8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
 - 8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
 - 8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 8.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% A 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados exclusivamente pelo sistema www.compras.gov.br em.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas



assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.



9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10.DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e



contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.compras.gov.br e E-mail licitacao@saj.ba.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.compras.gov.br e Email licitacao@saj.ba.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Mapa de risco

16.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4 Anexo IV – Modelo de proposta

16.11.5 *Santo Antônio de Jesus, 09 de junho de 2026.*

ANDREIA PRAZRES BASTOS DE SOUZA

ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE

MBA-PREFEITURA MUNICIPAL S. ANTONIO DE JESUS

Termo de Referência 124/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

124/2026

Status

DISPONIBILIZADO

Editado por

EMILLE SILVA SANTANA

Atualizado em

02/06/2026 10:35 (v 0.8)

983873-MBA-PREFEITURA MUNICIPAL S. ANTONIO DE JESUS

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes

Número da Contratação

Processo Administrativo

5977/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação da aquisição de materiais permanentes indispensáveis para o pleno funcionamento administrativo e operacional das Secretarias e Superintendências vinculadas à Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus - Ba, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | CATMAT | DESCRIÇÃO | UND | QUANT | VALOR UNT. NOVO | VALOR TOTAL NOVO |
|------|--------|--|-----|-------|--------------------|---------------------|
| 1 | 614139 | <div>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</div> <div>*APARELHO PURIFICADOR DE ÁGUA: Tipo: eletrônico, voltagem: bivolt, com fornecimento de água natural e refrigerada, instalação em parede ou bancada, com filtro e kit de instalação inclusos, capacidade mínima aproximada de 0,5 L, com certificação INMETRO ou equivalente.</div> | UND | 56 | R\$ 692,50 | R\$ 38.780,00 |
| | | <div>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</div> | | | | |



| | | | | | | |
|---|--------|--|-----|----|--------------|---------------|
| 2 | 607900 | **ARMÁRIO COPA, BALCÃO: Armário tipo copa (balcão), confeccionado em MDF, MDP ou equivalente, com no mínimo 4 portas e 1 prateleira interna, cor clara (preferencialmente branca), com dimensões aproximadas de 2,50 a 2,80 m de largura, 0,45 a 0,60 m de profundidade e 0,70 a 0,80 m de altura. | UND | 15 | R\$ 2.175,80 | R\$ 32.637,00 |
| 3 | 605908 | ITEM EXCLUSIVO ME/EPP **ARMÁRIO COPA, DE PAREDE: material: confeccionado em MDF, MDP ou equivalente, com acabamento laminado ou similar, no mínimo 2 portas e 1 prateleira interna, cor clara (preferencialmente branca), com dimensões aproximadas de 0,60 a 0,90 m de largura, 0,30 a 0,40 m de profundidade e 0,60 a 0,90 m de altura. | UND | 18 | R\$ 648,80 | R\$ 11.678,40 |
| 4 | 481752 | ITEM EXCLUSIVO ME/EPP **ARMÁRIO ESCRITÓRIO DE PAREDE : confeccionado em MDF, MDP ou equivalente, com revestimento laminado melamínico ou similar, no mínimo 2 portas e 1 prateleira interna, com dimensões aproximadas de 1,40 a 1,80 m de largura, 0,70 a 0,90 m de altura e 0,40 a 0,60 m de profundidade. | UND | 4 | R\$ 842,39 | R\$ 3.369,56 |
| 5 | 276715 | ITEM EXCLUSIVO ME/EPP **ARMÁRIO ESCRITÓRIO, MDF: Armário de escritório, confeccionado em MDF, MDP ou equivalente, cor cinza ou similar, com no mínimo 2 portas e 1 prateleira interna, com dimensões aproximadas de 0,80 a 1,00 m de largura, 0,75 a 0,90 m de altura e 0,40 a 0,50 m de profundidade. | UND | 1 | R\$ 789,05 | R\$ 789,05 |

Assinado por 1 pessoa: ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificacao/AD22-2291-5D34-3508> e informe o código AD22-2291-5D34-3508

| | | | | | | |
|---|--------|--|-----|----|--------------|---------------|
| 6 | 622211 | <p>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</p> <p>BALANÇA DIGITAL CORPORAL EM AÇO INOX: com plataforma em vidro temperado, aço inox ou equivalente, display digital (LCD ou similar), acionamento e desligamento automáticos, sistema de medição com sensores de precisão, alimentação por pilhas ou bateria, capacidade mínima de 150 kg, com certificação INMETRO e aferição por órgão competente.</p> | UND | 50 | R\$ 862,67 | R\$ 43.133,50 |
| 7 | 619547 | <p>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</p> <p>**BALCÃO ATENDIMENTO: material estrutura: madeira mdf, material corpo: madeira mdf, características adicionais: parte basculante, largura: 2,50 m, profundidade: 0,50 m, altura: 0,90 m, cor: cinza ou branco, gavetas: 4 UND</p> | UND | 9 | R\$ 2.977,24 | R\$ 26.795,16 |
| 8 | 625040 | <p>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</p> <p>**CADEIRA DE ESCRITÓRIO PRESIDENTE GIRATÓRIA: tipo: com regulagem de altura, base com rodízios, revestimento em couro, material sintético ou equivalente, cor preta ou similar, com encosto alto e assento estofado, dimensões compatíveis com padrão ergonômico, adequada para uso em ambiente administrativo.</p> | UND | 9 | R\$ 856,41 | R\$ 7.707,60 |
| | | | | | | |

Assinado por 1 pessoa: ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificacao/AD22-2291-5D34-3508> e informe o código AD22-2291-5D34-3508

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|-----|--------------|---------------|
| 9 | 390178 | <p><u>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</u></p> <p>**CADEIRA ESCRITÓRIO PRESIDENTE ESTEIRINHA: Tipo: Cadeira de escritório tipo presidente “esteirinha”, giratória, com base metálica ou equivalente, com 5 rodízios, revestimento em couro, material sintético ou similar, assento e encosto estofados, espaldar alto, com braços, cor preta ou similar, com regulagem de altura a gás, atendendo a requisitos mínimos de ergonomia.</p> | UND | 8 | R\$ 774,60 | R\$ 6.196,80 |
| 10 | 463063 | <p><u>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</u></p> <p>CAFETEIRA ELÉTRICA: material: confeccionada em aço inoxidável, plástico resistente ou equivalente, com capacidade mínima aproximada de 1,2 litros, voltagem 127V, 220V ou bivolt, com sistema de preparo automático, jarra inclusa, e dispositivo de segurança, cor preta ou similar.</p> | UND | 131 | R\$ 266,19 | R\$ 34.870,89 |
| 11 | 301713 | <p><u>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</u></p> <p>*CAFETERIRA INDUSTRIAL, 6 LITROS: Tipo: com capacidade mínima aproximada de 6 litros, voltagem 220V ou compatível, confeccionada em aço inoxidável ou equivalente, com sistema de preparo contínuo, reservatório com indicação de nível, dispositivo(s) para servir café, bandeja coletora removível ou similar, acompanhada de coador e itens básicos de limpeza, adequada para uso institucional.</p> | UND | 5 | R\$ 1.147,66 | R\$ 5.738,30 |

Assinado por 1 pessoa: ANDREIA PRAZERES SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificacao/AD22-2291-5D34-3508> e informe o código AD22-2291-5D34-3508

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|----|--------------|--------------|
| 12 | 387925 | <p>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</p> <p>ESTRADO PLÁSTICO MODULAR: Estrado plástico modular, confeccionado em polipropileno (PP) ou equivalente, com sistema de encaixe, superfície antiderrapante, material resistente e atóxico, com capacidade mínima de carga de 80 kg por módulo, dimensões aproximadas de 0,90 a 1,10 m de comprimento, 0,50 a 0,70 m de largura e altura de 0,04 a 0,06 m, cor preta ou similar.</p> | UND | 30 | R\$ 255,10 | R\$ 7.653,00 |
| 13 | 482244 | <p>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</p> <p>*FOGÃO COM 05 BOCAS: Tipo: com 5 bocas e forno integrado, confeccionado em aço inoxidável, aço esmaltado ou equivalente, com acendimento automático ou similar, alimentação bivolt ou compatível, com grades removíveis, sistema de segurança e porta de forno com visor, cor inox, preta ou similar.</p> | UND | 5 | R\$ 1.059,54 | R\$ 5.297,70 |
| 14 | 617471 | <p>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</p> <p>*FOGÃO ELÉTRICO – INDUÇÃO: Tipo: com 2 bocas, confeccionado em aço inoxidável, vidro cerâmico ou equivalente, com controle de temperatura, sistema de segurança, superfície de fácil limpeza, potência compatível com o uso, voltagem 220V ou compatível, dimensões aproximadas padrão de mercado.</p> | UND | 4 | R\$ 945,87 | R\$ 3.783,48 |

Assinado por 1 pessoa: ANDRÉ DE PRAZERES BASTOS DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificacao/AD22-2291-5D34-3508> e informe o código AD22-2291-5D34-3508

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|----|--------------|----------------|
| | | | | | | |
| 15 | 620331 | <p><u>AMPLA PARTICIPAÇÃO</u></p> <p>*FOGÃO INDUSTRIAL: Tipo: com 6 bocas, confeccionado em aço inoxidável, aço carbono ou equivalente, com acendimento manual ou automático, queimadores simples e/ou duplos, estrutura reforçada para uso contínuo, com grelhas removíveis e sistema de segurança, adequado para preparo de alimentos em ambiente institucional.</p> | UND | 46 | R\$ 2.367,42 | R\$ 108.901,32 |
| 16 | 399613 | <p><u>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</u></p> <p>*FORNO MICRO-ONDAS 30l: com Tipo: capacidade mínima aproximada de 25 litros, potência compatível com o uso, voltagem 127V, 220V ou bivolt, confeccionado em aço inoxidável, aço pintado ou equivalente, com funções de aquecimento e descongelamento, painel com comandos básicos, display digital, prato giratório e sistema de segurança, cor branca, inox ou similar.</p> | UND | 9 | R\$ 867,86 | R\$ 7.810,74 |
| 17 | 449998 | <p><u>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</u></p> <p>*MÁQUINA LAVAR ROUPA 15 KG: Tipo: com capacidade mínima de 14 kg, com funções de lavagem, enxágue e centrifugação, abertura superior ou frontal, voltagem 127V, 220V ou bivolt, cesto em aço inoxidável, plástico reforçado ou equivalente, com programas de lavagem e sistema de segurança, cor branca ou similar.</p> | UND | 7 | R\$ 2.541,40 | R\$ 17.789,80 |

Assinado por 1 pessoa: ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificacao/AD22-2291-5D34-3508> e informe o código AD22-2291-5D34-3508

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|----|--------------|---------------|
| | | | | | | |
| 18 | 603773 | <p>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</p> <p>**MESA DE ESCRITÓRIO FORMATO L: Tipo: em formato “L”, confeccionada em MDF, MDP ou equivalente, com revestimento laminado melamínico ou similar, composta por mesa principal e auxiliar, com dimensões aproximadas de 1,60 a 1,80 m, altura entre 0,70 e 0,80 m, tampo com espessura compatível, estrutura resistente e possibilidade de passagem de cabos, adequada para uso em ambiente administrativo.</p> | UND | 3 | R\$ 1.633,00 | R\$ 4.899,00 |
| 19 | 622437 | <p>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</p> <p>**MESA ESCRITÓRIO: Tipo: confeccionada em madeira, MDF, MDP ou equivalente, com tampo revestido em laminado melamínico ou similar, com dimensões aproximadas de 1,60 a 2,00 m de comprimento, 0,70 a 1,00 m de largura e 0,70 a 0,80 m de altura, tampo com espessura compatível, com no mínimo 1 gaveta, cor cinza ou similar, com estrutura resistente para uso em ambiente administrativo.</p> | UND | 77 | R\$ 811,50 | R\$ 62.485,50 |
| | | <p>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</p> | | | | |

Assinado por 1 pessoa: ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificacao/AD22-2291-5D34-3508> e informe o código AD22-2291-5D34-3508

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|----|--------------|----------------|
| 20 | 613955 | PALLET DE PLÁSTICO VAZADO: Tipo: confeccionado em polipropileno (PP) ou equivalente, com dimensões aproximadas de 1,00 m x 1,20 m, cor preta ou similar, com capacidade mínima de carga estática de 2.500 kg e dinâmica de 1.000 kg, leve, resistente, atóxico, empilhável e com resistência a umidade e agentes químicos. | UND | 50 | R\$ 414,12 | R\$ 20.706,00 |
| 21 | 359194 | ITEM EXCLUSIVO ME/EPP **POLTRONA RECLINÁVEL: Tipo: com assento e encosto estofados, mecanismo de inclinação com apoio para pernas, estrutura em madeira, metal ou equivalente, revestimento em couro ecológico, tecido ou similar, com capacidade mínima de 120 kg, adequada para uso em ambiente institucional. | UND | 5 | R\$ 892,90 | R\$ 4.464,50 |
| 22 | 269039 | AMPLA PARTICIPAÇÃO *REFRIGERADOR TIPO GELADEIRA: Tipo: vertical, com capacidade mínima de 260 litros, sistema de degelo manual, seco, frost free ou equivalente, voltagem 127V, 220V ou bivolt, cor branca ou similar, com prateleiras ajustáveis, gaveta inferior, controle de temperatura, iluminação interna, pés niveladores e sistema de refrigeração com baixo ruído, atendendo às normas ambientais e de eficiência energética. | UND | 51 | R\$ 2.657,97 | R\$ 135.556,57 |
| | | | | | | |

Assinado por 1 pessoa: ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificacao/AD22-2291-5D34-3508> e informe o código AD22-2291-5D34-3508

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|----|--------------|---------------|
| 23 | 461895 | <p>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</p> <p>VENTILADOR, TIPO COLUNA: Tipo: com base estável, diâmetro aproximado de 40 a 60 cm, altura regulável entre 1,20 m e 1,90 m, potência compatível com o uso, voltagem 127V, 220V ou bivolt, com sistema oscilante, controle de velocidades e grade de proteção, confeccionado em material resistente, cor preta ou similar.</p> | UND | 55 | R\$ 270,32 | R\$ 14.867,60 |
| 24 | 628055 | <p>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</p> <p>**GUARDA-ROUPA: confeccionado em madeira, MDF, MDP ou equivalente, com acabamento laminado melamínico ou similar, com no mínimo 4 portas e 2 gavetas, com dimensões aproximadas de 2,00 a 2,40 m de largura, 2,00 a 2,40 m de altura e 0,45 a 0,60 m de profundidade, com compartimentos internos, maleiro ou equivalente, puxadores diversos e acabamento resistente, cor neutra.</p> | UND | 3 | R\$ 1.852,85 | R\$ 5.558,55 |
| 25 | 464238 | <p>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</p> <p>**GUARDA-ROUPA: Tipo: confeccionado em madeira, MDF, MDP ou equivalente, com acabamento natural, amadeirado, laminado ou similar, com no mínimo 3 portas e 2 gavetas, com dimensões aproximadas de 1,80 a 2,20 m de largura, 1,90 a 2,30 m de altura e 0,45 a 0,60 m de profundidade, com compartimentos internos e estrutura resistente.</p> | UND | 4 | R\$ 968,69 | R\$ 3.874,76 |

Assinado por 1 pessoa: ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificacao/AD22-2291-5D34-3508> e informe o código AD22-2291-5D34-3508

| | | | | | | |
|--|--------|---|-----|---|------------|----------------|
| 26 | 620622 | <p>ITEM EXCLUSIVO ME/EPP</p> <p>**ARMÁRIO: Tipo: confeccionado em MDF, MDP ou equivalente, com no mínimo 2 portas, com puxadores e possibilidade de fechamento, acabamento em laminado melamínico ou similar, cor branca ou similar, com dimensões aproximadas de 2,00 a 2,80 m de altura, 1,10 a 1,40 m de largura e 0,50 a 0,65 m de profundidade, com prateleiras internas e estrutura resistente.</p> | UND | 8 | R\$ 978,39 | R\$ 7.827,12 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | | | | R\$ 623.171,89 |
| <p>* Garantia mínima exigida de 12 (doze) meses.</p> <p>** Incluso serviço de instalação/montagem.</p> | | | | | | |

- 1.1.1. As Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s) contam no Apêndice A deste TR.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) assinatura do termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Considerando o aproveitamento do Estudo Técnico Preliminar – ETP elaborado no processo originário, informa-se que, em caso de divergência, prevalecerão as especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade suprir as demandas das Secretarias e órgãos vinculados ao Município de Santo Antônio de Jesus-BA, mediante a aquisição de materiais permanentes indispensáveis ao adequado funcionamento das atividades administrativas e operacionais da gestão pública.

Ressalta-se que a presente demanda decorre da necessidade de nova contratação referente **aos itens que restaram fracassados** no Pregão Eletrônico nº 90052/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº 7.503/2025, tendo em vista que tais itens não lograram êxito na etapa competitiva do certame anterior.

Os demais itens originalmente previstos foram regularmente adjudicados e homologados, permanecendo pendentes apenas aqueles que não obtiveram propostas válidas ou compatíveis com as

exigências estabelecidas, o que comprometeu o atendimento integral das necessidades institucionais.

A ausência desses materiais impacta diretamente a continuidade e a eficiência dos serviços públicos, uma vez que se tratam de bens essenciais para a estruturação dos ambientes de trabalho, execução das atividades administrativas e atendimento às demandas da população.

Diante disso, torna-se imprescindível a realização de novo procedimento licitatório, restrito aos itens remanescentes, com vistas a assegurar o pleno atendimento das necessidades da Administração.

Ademais, procedeu-se à reavaliação das especificações técnicas e das condições de mercado, tendo sido identificadas possíveis restrições que contribuíram para o insucesso dos itens no certame anterior, especialmente no que se refere à compatibilidade com a oferta disponível no mercado. Assim, foram promovidos os ajustes necessários nas descrições dos itens, com o objetivo de ampliar a competitividade, sem prejuízo da qualidade e da finalidade pretendida.

A presente contratação observa os princípios da eficiência, economicidade e planejamento, buscando a melhor solução para a Administração Pública e garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos.

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 13825476000103-0-000002/2025

Data de publicação no PNCP: 16/05/2025

ID dos itens no PCA: 1 a 18

Classe/Grupo: 7110 - MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO; 7105 - MOBILIÁRIO DOMÉSTICO; 7195 - MOBILIÁRIOS; DIVERSOS E ACESSÓRIOS; 7125 - ARMÁRIOS E ESTANTES

Identificador da Futura Contratação: 983873-69/2025

Ressalta-se que a aquisição de materiais permanentes é de fundamental importância, haja vista sua inclusão no PCA, o que demonstra o alinhamento da demanda com o planejamento estratégico da Administração Municipal e reforça a necessidade de garantir melhores condições de trabalho, eficiência e continuidade dos serviços públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução proposta para a aquisição dos materiais permanentes essenciais para o funcionamento das Secretarias e Superintendências da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus/BA está estruturada para garantir a eficiência operacional, a otimização de recursos e o cumprimento rigoroso das exigências legais. A escolha pela contratação via Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP) é respaldada pelos seguintes aspectos:

Objetivo da Contratação

O principal objetivo da presente contratação é a aquisição de materiais permanentes indispensáveis ao pleno funcionamento administrativo e operacional da gestão municipal. A contratação visa garantir que os bens adquiridos

atendam às necessidades das diversas Secretarias e Superintendências de forma gradual, conforme demanda, e com preços competitivos, refletindo a economia de escala proporcionada pelo fornecimento parcelado.

Abordagem Estratégica

A estratégia adotada contempla a flexibilidade proporcionada pela modalidade de Pregão Eletrônico com SRP, permitindo a compra dos materiais conforme a necessidade das Secretarias, sem que seja necessário adquirir todos os itens de uma vez. A modalidade de SRP, além de reduzir a burocracia, assegura que a gestão municipal tenha acesso a preços mais competitivos por meio da concorrência entre os fornecedores.

Escolha da Empresa Especializada

A solução de contratar empresas especializadas no fornecimento dos materiais permanentes foi determinada após análise cuidadosa das alternativas disponíveis. Optou-se por empresas com experiência e infraestrutura adequadas, capazes de garantir qualidade dos produtos, certificação de conformidade com normas exigidas e logística eficiente para entrega nos prazos estabelecidos. A experiência e a confiabilidade dessas empresas são essenciais para garantir o bom andamento dos processos administrativos e operacionais das Secretarias e Superintendências, evitando falhas no fornecimento ou problemas de qualidade.

Processo de Licitação e Gestão

O Pregão Eletrônico com SRP garante maior transparência, agilidade e competitividade no processo licitatório. Ao adotar esta modalidade, a administração pública garante a publicidade dos atos e a rastreabilidade de todas as transações, proporcionando confiança na gestão pública. A escolha pela modalidade de Pregão Eletrônico atende ainda à Lei nº 14.133/2021, que prioriza esta forma de licitação para bens e serviços comuns, permitindo uma aquisição mais célere e eficiente.

Benefícios para a Administração Pública

Além das vantagens já mencionadas, a solução propõe os seguintes benefícios para a gestão pública:

- **Otimização de Custos:** O modelo de SRP permite a negociação de preços mais baixos devido ao volume de compra e ao incentivo à concorrência. Isso resulta em redução de custos para a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus/BA.
- **Planejamento Orçamentário:** A solução permite que as aquisições sejam realizadas conforme a programação orçamentária, facilitando o controle financeiro e evitando gastos inesperados ou excessivos.
- **Atendimento às Demandas Específicas:** A flexibilidade do sistema de Registro de Preços possibilita a atualização das compras conforme a necessidade específica das Secretarias e Superintendências, sem que isso gere um impacto negativo na execução do orçamento municipal.
- **Sustentabilidade Administrativa:** A escolha por empresas especializadas também garante o fornecimento de produtos com certificados de qualidade, o que assegura o cumprimento das normas ambientais e de segurança exigidas pela legislação vigente.

Gestão e Acompanhamento da Contratação

A gestão da contratação será realizada de forma contínua e eficaz, com acompanhamento constante do fornecimento dos materiais, monitoramento das entregas e verificação do cumprimento dos prazos estipulados no contrato. A administração contará com o suporte técnico das empresas fornecedoras para a resolução rápida de eventuais problemas que possam surgir.

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saiba.1do8.com.br/verificacao/A022-2291-5034-3508> e informe o código A022-2291-5034-3508.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4 A presente contratação contemplará a aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar 4.6. Nº 123/2006 (e alterações posteriores), conforme detalhado a seguir:

4.4.1. Será aplicada a modalidade de Licitação Exclusiva por Item (Benefício Tipo I), em que o objeto é dividido em itens de contratação exclusiva para a participação de ME/EPP, conforme indicado na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência. Os itens não classificados como exclusivos para ME/EPP serão disputados sob o regime de Ampla Participação.

4.4.2 A reserva de cota de 25% para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Benefício Tipo III), prevista na legislação vigente, não será aplicada nesta contratação em razão de limitação sistêmica do ComprasGov, que não permite a operacionalização do referido benefício na modalidade Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços (SRP) conforme orientação expressa do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Chamado Nº 41807105 aberto via Mexx 2Do em 26/02/2026 14:38).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **20 dias úteis**, contados do(a) emissão da Ordem de Fornecimento, conforme necessidades dos Órgãos/Secretarias municipais.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus, Avenida ACM, nº 931, Bairro São Paulo, CEP: 44.442-084 Santo Antônio de Jesus /BA**.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, de **12 (Doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, **para os itens indicados com asteriscos (*) na tabela constante no item 11 deste instrumento**.

5.4.1. Para os demais itens, o prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, em qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 08 (oito) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,09% (Nove centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (Dez)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **25% (Vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (Vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (Dez por cento) a 20% (Vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (Cinco por cento) a 10% (Dez por cento)** do valor da contratação.

Assinado por 1 pessoa: ANDRÉIA PRAZES BASTOS DE SOUZA, em 22/02/2025, às 14:55:00, no sistema de assinatura eletrônica. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1d.com.br/verificacao> ou o código QRD34-3508

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (Um por cento) a 10% (Dez por cento) do valor da contratação.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (Quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações se a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos a seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (Trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do objeto correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Assinado por 1 pessoa: ANDREIA PRAZES BASTOS DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brasil.com.br/verificacao/AD22-2201-5D34-3508

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente em relação ao termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

2

estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 10% do valor total estimado da contratação.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato, da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 623.171,89 (seiscentos e vinte e três mil e cento e setenta e um reais e oitenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste TR.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da futura licitação/contratação deverão ser atendidas predominantemente com recursos do município, consignadas nas dotações informadas por oportunidade da contratação. Eventualmente poderão ser recurso federais/estadual que os cofinanciam. Registre-se que o Decreto Municipal nº 323/2024 fixa no art. 4º Parágrafo Segundo: "Na licitação para registro de preços não é necessário a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação."

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Santo Antônio de Jesus - BA , 02 de junho de 2024.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 03 (Três) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [*Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização*], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO CARLOS DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse o link: <https://verificacao/AD22-2291-5D343508>

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 15 (Quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (Trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Assinado por 1 pessoa: ANDREIA PRAZERES BASTOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajajp1.doc.com.br/verificacao/A0D22-2291-10334-3508>

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

4.1.18. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*

4.1.19. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

4.1.20. *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*

4.1.21. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

4.1.22. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*

4.1.23. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*

4.1.24. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Assinado por pessoa: ANDRÉ LOPES BASTOZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasil.com.br/verificacao/AD22-2291-5D34-3508> e informe o código AD22-2291-5D34-3508

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da cidade de Santo Antônio de Jesus, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EMILLE SILVA SANTANA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 10:35:31.

Assinado por 1 pessoa: ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificacao/D22-2291-5D34-3508> e informe o código D22-2291-5D34-3508

NILVIA LEMOS BARRETO

Membro da Equipe de Planejamento



Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - MATERIAIS PERMANENTES - ESTIMATIVAS DE CONSUMO.pdf (688.56 KB)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E INOVAÇÃO

SECOMPI

APÊNDICE A

MATERIAIS PERMANENTES

Estimativas de consumo individualizados do órgão gerenciador e órgãos participantes

| ITEM | CATMAT | DESCRIÇÃO | SEEL | OGM | SEDEMA | SEINFRA | SEAGRI | SESP | SUCONV | SEAD | SMAS | SEGOV | FME | SMTT | SCTJ | CODESAJ | PGM | SMS | SECOMPI | UND | TOTAL |
|------|--------|--|------|-----|--------|---------|--------|------|--------|------|------|-------|-----|------|------|---------|-----|-----|---------|-----|-------|
| 1 | 614139 | APARELHO PURIFICADOR DE ÁGUA: Tipo: eletrônico, voltagem: bivolt, com fornecimento de água natural e refrigerada, instalação em parede ou bancada, com filtro e kit de instalação inclusos, capacidade mínima aproximada de 0,5 L, com certificação INMETRO ou equivalente. | | | 2 | | 1 | | 1 | 2 | 6 | | | | 3 | | | 34 | 7 | UND | 56 |
| 2 | 607900 | ARMÁRIO COPA, BALCÃO: Armário tipo copa (balcão), confeccionado em MDF, MDP ou equivalente, com no mínimo 4 portas e 1 prateleira interna, cor clara (preferencialmente branca), com dimensões aproximadas de 2,50 a 2,80 m de largura, 0,45 a 0,60 m de profundidade e 0,70 a 0,80 m de altura. | | | 2 | 1 | | 1 | | | | | 2 | 2 | 3 | | | 1 | 3 | UND | 15 |
| 3 | 605908 | ARMÁRIO COPA, DE PAREDE: material: confeccionado em MDF, MDP ou equivalente, com acabamento laminado ou similar, no mínimo 2 portas e 1 prateleira interna, cor clara (preferencialmente branca), com dimensões aproximadas de 0,60 a 0,90 m de largura, 0,30 a 0,40 m de profundidade e 0,60 a 0,90 m de altura. | | | 2 | | 1 | 1 | | 2 | | | | 1 | 3 | | 1 | 2 | 5 | UND | 18 |
| 4 | 481752 | ARMÁRIO ESCRITÓRIO DE PAREDE: confeccionado em MDF, MDP ou | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | 3 | UND | 4 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E INOVAÇÃO

SECOMPI

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--------|---|--|--|--|--|--|--|--|---|--|---|---|--|--|----|---|-----|----|--|
| | | equivalente, com revestimento laminado melamínico ou similar, no mínimo 2 portas e 1 prateleira interna, com dimensões aproximadas de 1,40 a 1,80 m de largura, 0,70 a 0,90 m de altura e 0,40 a 0,60 m de profundidade. | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5 | 276715 | ARMÁRIO ESCRITÓRIO, MDF: Armário de escritório, confeccionado em MDF, MDP ou equivalente, cor cinza ou similar, com no mínimo 2 portas e 1 prateleira interna, com dimensões aproximadas de 0,80 a 1,00 m de largura, 0,75 a 0,90 m de altura e 0,40 a 0,50 m de profundidade. | | | | | | | | | | | | | | 1 | | UND | 1 | |
| 6 | 622211 | BALANÇA DIGITAL CORPORAL EM AÇO INOX: com plataforma em vidro temperado, aço inox ou equivalente, display digital (LCD ou similar), acionamento e desligamento automáticos, sistema de medição com sensores de precisão, alimentação por pilhas ou bateria, capacidade mínima de 150 kg, com certificação INMETRO e aferição por órgão competente. | | | | | | | | | | | | | | 50 | | UND | 50 | |
| 7 | 619547 | BALCAO ATENDIMENTO: material estrutura: madeira mdf, material corpo: madeira mdf, características adicionais: parte basculante, largura: 2,50 m, profundidade: 0,50 m, altura: 0,90 m, cor: cinza ou branco, gavetas: 4 UND | | | | | | | | 1 | | 1 | 2 | | | 2 | 3 | UND | 9 | |
| 8 | 625040 | CADEIRA DE ESCRITÓRIO PRESIDENTE GIRATÓRIA: tipo: com regulagem de altura, base com rodízios, revestimento em couro, material sintético ou equivalente, cor preta ou similar, com encosto alto e assento estofado, dimensões compatíveis com padrão ergonômico, adequada para uso em ambiente administrativo. | | | | | | | | | | | | | | | 9 | UND | 9 | |
| 9 | 390178 | CADEIRA ESCRITÓRIO PRESIDENTE ESTEIRINHA: Tipo: Cadeira de escritório tipo presidente "esteirinha", giratória, com base metálica ou equivalente, com 5 rodízios, revestimento em | | | | | | | | | | | | | | | 8 | UND | 8 | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E INOVAÇÃO

SECOMPI

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|--------|---|---|---|---|---|--|--|---|---|---|----|---|---|---|---|----|-----|-----|-----|
| | | couro, material sintético ou similar, assento e encosto estofados, espaldar alto, com braços, cor preta ou similar, com regulagem de altura a gás, atendendo a requisitos mínimos de ergonomia. | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | 463063 | CAFETEIRA ELÉTRICA: material: confeccionada em aço inoxidável, plástico resistente ou equivalente, com capacidade mínima aproximada de 1,2 litros, voltagem 127V, 220V ou bivolt, com sistema de preparo automático, jarra inclusa, e dispositivo de segurança, cor preta ou similar. | 1 | 2 | 2 | 1 | | | 3 | 1 | 3 | 60 | 2 | 3 | 1 | 1 | 46 | 5 | UND | 131 |
| 11 | 301713 | CAFETERIRA INDUSTRIAL, 6 LITROS: Tipo: com capacidade mínima aproximada de 6 litros, voltagem 220V ou compatível, confeccionada em aço inoxidável ou equivalente, com sistema de preparo contínuo, reservatório com indicação de nível, dispositivo(s) para servir café, bandeja coletora removível ou similar, acompanhada de coador e itens básicos de limpeza, adequada para uso institucional. | | | | | | | | | | | | | | | 5 | UND | 5 | |
| 12 | 387925 | ESTRADO PLÁSTICO MODULAR: Estrado plástico modular, confeccionado em polipropileno (PP) ou equivalente, com sistema de encaixe, superfície antiderrapante, material resistente e atóxico, com capacidade mínima de carga de 80 kg por módulo, dimensões aproximadas de 0,90 a 1,10 m de comprimento, 0,50 a 0,70 m de largura e altura de 0,04 a 0,06 m, cor preta ou similar. | | | | | | | | | | | | | | | 30 | UND | 30 | |
| 13 | 482244 | FOGÃO COM 05 BOCAS: Tipo: com 5 bocas e forno integrado, confeccionado em aço inoxidável, aço esmaltado ou equivalente, com acendimento automático ou similar, alimentação bivolt ou compatível, com grades removíveis, sistema de segurança e porta de forno com visor, cor inox, preta ou similar. | | | | | | | 2 | | | | | | | | 3 | UND | 5 | |
| 14 | 617471 | FOGÃO ELÉTRICO – INDUÇÃO: Tipo: com 2 bocas, confeccionado em aço inoxidável, vidro cerâmico ou | | | | | | | | | | | | | | | 4 | UND | 4 | |

por 1

ficar a validade das assinaturas, acesse <https://saiba.1doc.com.br/verificacao/AD22-2291-5D34-3508> e informe o código A

ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E INOVAÇÃO

SECOMPI

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|--------|--|---|--|--|--|---|--|--|--|---|--|----|--|---|---|---|-----|-----|----|
| | | equivalente, com controle de temperatura, sistema de segurança, superfície de fácil limpeza, potência compatível com o uso, voltagem 220V ou compatível, dimensões aproximadas padrão de mercado. | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 15 | 620331 | FOGÃO INDUSTRIAL: Tipo: com 6 bocas, confeccionado em aço inoxidável, aço carbono ou equivalente, com acendimento manual ou automático, queimadores simples e/ou duplos, estrutura reforçada para uso contínuo, com grelhas removíveis e sistema de segurança, adequado para preparo de alimentos em ambiente institucional | | | | | 1 | | | | 2 | | 40 | | | | | 3 | UND | 46 |
| 16 | 399613 | FORNO MICRO-ONDAS 30l: com Tipo: capacidade mínima aproximada de 25 litros, potência compatível com o uso, voltagem 127V, 220V ou bivolt, confeccionado em aço inoxidável, aço pintado ou equivalente, com funções de aquecimento e descongelamento, painel com comandos básicos, display digital, prato giratório e sistema de segurança, cor branca, inox ou similar. | | | | | | | | | 2 | | | | 1 | 1 | | 5 | UND | 9 |
| 17 | 449998 | MAQUINA LAVAR ROUPA 15 KG: Tipo: com capacidade mínima de 14 kg, com funções de lavagem, enxágue e centrifugação, abertura superior ou frontal, voltagem 127V, 220V ou bivolt, cesto em aço inoxidável, plástico reforçado ou equivalente, com programas de lavagem e sistema de segurança, cor branca ou similar. | 1 | | | | | | | | 2 | | | | | | 1 | 3 | UND | 7 |
| 18 | 603773 | MESA DE ESCRITÓRIO FORMATO L: Tipo: em formato "L", confeccionada em MDF, MDP ou equivalente, com revestimento laminado melamínico ou similar, composta por mesa principal e auxiliar, com dimensões aproximadas de 1,60 a 1,80 m, altura entre 0,70 e 0,80 m, tampo com espessura compatível, estrutura resistente e possibilidade de passagem de cabos, adequada para uso em ambiente administrativo. | | | | | | | | | | | | | | | | 3 | | 3 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | UND | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E INOVAÇÃO

SECOMPI

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|--------|---|--|--|---|---|---|---|--|----|----|---|----|--|----|---|---|----|---|-----|----|
| 19 | 622437 | MESA ESCRITÓRIO: Tipo: confeccionada em madeira, MDF, MDP ou equivalente, com tampo revestido em laminado melamínico ou similar, com dimensões aproximadas de 1,60 a 2,00 m de comprimento, 0,70 a 1,00 m de largura e 0,70 a 0,80 m de altura, tampo com espessura compatível, com no mínimo 1 gaveta, cor cinza ou similar, com estrutura resistente para uso em ambiente administrativo. | | | 7 | 5 | 2 | 3 | | 10 | 30 | 6 | | | 10 | | 1 | | 3 | UND | 77 |
| 20 | 613955 | PALLET DE PLÁSTICO VAZADO: Tipo: confeccionado em polipropileno (PP) ou equivalente, com dimensões aproximadas de 1,00 m x 1,20 m, cor preta ou similar, com capacidade mínima de carga estática de 2.500 kg e dinâmica de 1.000 kg, leve, resistente, atóxico, empilhável e com resistência a umidade e agentes químicos | | | | | | | | | | | | | | | | 50 | | UND | 50 |
| 21 | 359194 | POLTRONA RECLINÁVEL: Tipo: com assento e encosto estofados, mecanismo de inclinação com apoio para pernas, estrutura em madeira, metal ou equivalente, revestimento em couro ecológico, tecido ou similar, com capacidade mínima de 120 kg, adequada para uso em ambiente institucional. | | | | | | | | | | | | | | | | 5 | | UND | 5 |
| 22 | 269039 | REFRIGERADOR TIPO GELADEIRA: Tipo: vertical, com capacidade mínima de 260 litros, sistema de degelo manual, seco, frost free ou equivalente, voltagem 127V, 220V ou bivolt, cor branca ou similar, com prateleiras ajustáveis, gaveta inferior, controle de temperatura, iluminação interna, pés niveladores e sistema de refrigeração com baixo ruído, atendendo às normas ambientais e de eficiência energética. | | | 2 | 1 | 1 | | | 2 | | | 10 | | 3 | 1 | | 27 | 4 | UND | 51 |
| 23 | 461895 | VENTILADOR, TIPO COLUNA: Tipo: com base estável, diâmetro aproximado de 40 a 60 cm, altura regulável entre 1,20 m e 1,90 m, potência compatível com o uso, voltagem 127V, 220V ou bivolt, com sistema oscilante, controle de velocidades e grade de | | | | 1 | 2 | 1 | | | 10 | 3 | 20 | | 6 | 1 | 1 | 3 | 7 | UND | 55 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E INOVAÇÃO

SECOMPI

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|--------|---|--|--|--|--|--|--|--|--|---|--|--|--|--|--|--|--|-----|---|
| | | proteção, confeccionado em material resistente, cor preta ou similar. | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 24 | 628055 | GUARDA-ROUPA: confeccionado em madeira, MDF, MDP ou equivalente, com acabamento laminado melamínico ou similar, com no mínimo 4 portas e 2 gavetas, com dimensões aproximadas de 2,00 a 2,40 m de largura, 2,00 a 2,40 m de altura e 0,45 a 0,60 m de profundidade, com compartimentos internos, maleiro ou equivalente, puxadores diversos e acabamento resistente, cor neutra. | | | | | | | | | 3 | | | | | | | | UND | 3 |
| 25 | 464238 | GUARDA-ROUPA: Tipo: confeccionado em madeira, MDF, MDP ou equivalente, com acabamento natural, amadeirado, laminado ou similar, com no mínimo 3 portas e 2 gavetas, com dimensões aproximadas de 1,80 a 2,20 m de largura, 1,90 a 2,30 m de altura e 0,45 a 0,60 m de profundidade, com compartimentos internos e estrutura resistente. | | | | | | | | | 4 | | | | | | | | UND | 4 |
| 26 | 620622 | ARMÁRIO: Tipo: confeccionado em MDF, MDP ou equivalente, com no mínimo 2 portas, com puxadores e possibilidade de fechamento, acabamento em laminado melamínico ou similar, cor branca ou similar, com dimensões aproximadas de 2,00 a 2,80 m de altura, 1,10 a 1,40 m de largura e 0,50 a 0,65 m de profundidade, com prateleiras internas e estrutura resistente. | | | | | | | | | 8 | | | | | | | | UND | 8 |

ÓRGÃO GERENCIADOR:

| | |
|---------|--|
| SECOMPI | Secretaria Municipal de Planejamento, Compras e Inovação |
|---------|--|

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

| | |
|---------|---------------------------------|
| CODESAJ | Coordenadoria de Defesa Civil |
| OGM | Ouvidoria Geral do Município |
| PGM | Procuradoria Geral do Município |





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E INOVAÇÃO

SECOMPI

| | |
|---------|---|
| SCTJ | Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Juventude |
| SEAD | Secretaria Municipal de Administração |
| SEAGRI | Secretaria Municipal da Agricultura |
| SEDEMA | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente |
| SEEL | Secretaria Municipal de Esporte e Lazer |
| SEGOV | Secretaria Municipal de Governo |
| SEINFRA | Secretaria Municipal de Infraestrutura |
| SESP | Secretaria Municipal de Serviços Públicos |
| SMAS | Secretaria Municipal de Assistência Social |
| SME | Secretaria Municipal de Educação |
| SMS | Secretaria Municipal de Saúde |
| SMTT | Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano |
| SUNCOV | Superintendência de Convênios |

MBA-PREFEITURA MUNICIPAL S. ANTONIO DE JESUS

Estudo Técnico Preliminar 145/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: PA 7503/2025

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por finalidade suprir as demandas das Secretarias e Superintendências vinculadas à Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus/BA, mediante a aquisição de materiais permanentes indispensáveis para o pleno funcionamento administrativo e operacional da gestão municipal.

A disponibilização desses bens é essencial para assegurar melhores condições de trabalho aos servidores, modernizar a infraestrutura pública, padronizar ambientes institucionais e garantir a eficiência e continuidade dos serviços prestados à população. Além disso, trata-se de medida que contribui diretamente para a valorização do ambiente laboral, proporcionando conforto, acessibilidade, ergonomia e segurança, fatores indispensáveis para o desempenho adequado das funções administrativas e para a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

No âmbito das Secretarias e demais órgãos da Prefeitura, a aquisição de materiais permanentes representa também a criação de condições estruturais uniformes, possibilitando a padronização de processos internos, a integração entre setores e a otimização do uso dos espaços públicos. A reposição e atualização de equipamentos obsoletos asseguram maior durabilidade dos recursos, redução de falhas operacionais, eficiência energética e sustentabilidade na utilização dos bens.

Ressalte-se que a presente contratação é realizada em atendimento às necessidades específicas apontadas por cada Secretaria e Superintendência, conforme registrado nos Documentos de Formalização de Demanda (DFDs) que originaram o processo, acompanhadas das respectivas justificativas apresentadas, garantindo, assim, aderência às reais necessidades institucionais e transparência no planejamento das aquisições.

Sob a perspectiva da gestão pública, a medida fundamenta-se nos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, ao promover a racionalização dos gastos e a melhor utilização dos recursos públicos. Também fortalece a imagem institucional da Prefeitura, garantindo ambientes administrativos adequados e funcionais, que traduzem transparência, organização e compromisso com a prestação de serviços de qualidade à sociedade.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|--|--|
| SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E INOVAÇÃO - SECOMPI | JAMILLE PEREIRA SANTOS |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER- SEEL | JORGE GONCALVES PEREIRA DA SILVA FILHO |
| OUVIDORIA GERAL | DANIEL SOUZA DE JESUS |
| SECRETARIA MUN. DA AGRICULTURA | ROSANE SANTOS DA HORA |
| SECRETARIA MUNIC. DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA | ELISANGELA CERQUEIRA DE NOVAES |
| SEC. MUN. DE DESEN. ECONÔM. E MEIO AMBIENTE-SEDEMA | SIRLENE DE JESUS GOMES |
| SECRETARIA MUNIC. DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SESP | VITORIA OLIVEIRA ALVAIA |
| SUPERINTENDÊNCIA DE CONVÊNIOS-SUCONV | CARLOS DOS SANTOS GONCALVES |

Assinado por 1 pessoa: ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificacao>



SECRETARIA MUNIC. DE ADM -SEAD
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNIC. DE ADM -SEAD
SECRETARIA MUN. DE CULTURA, TUR. E JUVENTUDE-SCTJ
SEC. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO-SMTT
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
SECRETARIA MUNIC. DE ADM -SEAD
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CARINE SAMPAIO SANTANA
CARLA DOS SANTOS DE JESUS
LUCIANA TANAN AZEVEDO SAMPAIO
MARCOS AUGUSTO LESSA E SILVA
KATHIUSSIA CALDAS NASCIMENTO
JEISA SILVA SANTOS
ELAINE BARRETO DOS SANTOS
ILDA FERNANDA DE ALMEIDA SANDE LEMOS
JOSANE DA SILVA SANTOS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Requisitos de Qualidade e Conformidade

Os materiais e equipamentos a serem adquiridos devem ser novos, de primeiro uso e fabricação recente, sem avarias ou defeitos. A qualidade dos produtos é um fator determinante para a aceitação, visando garantir a durabilidade e a eficiência dos bens para o pleno funcionamento das atividades administrativas e operacionais.

- **Padrão de Qualidade:** Os produtos devem estar em perfeito estado de conservação, sem apresentar riscos, amassados ou qualquer dano aparente que comprometa sua estética ou funcionalidade.
- **Conformidade Técnica:** As especificações técnicas dos itens devem ser rigorosamente seguidas, conforme detalhado no Termo de Referência. Qualquer item que não corresponda às especificações será rejeitado no ato do recebimento.
- **Ergonomia e Segurança:** Para o mobiliário, é imprescindível o atendimento às normas de ergonomia e segurança vigentes, como a **NR-17**, proporcionando um ambiente de trabalho seguro e adequado para os servidores.

4.2. Requisitos de Garantia e Suporte

A garantia dos produtos é um elemento crucial para a contratação, assegurando à Prefeitura a proteção contra vícios e defeitos de fabricação durante um período determinado.

- **Garantia Mínima:** A empresa contratada deve oferecer uma garantia mínima de **12 (doze) meses** para todos os materiais e equipamentos, a contar da data do recebimento definitivo. Esta garantia cobre defeitos de fabricação, falhas operacionais e qualquer não conformidade que se manifeste durante o período.
- **Assistência Técnica:** Durante o período de garantia, a empresa contratada deverá prestar assistência técnica corretiva em até **48 horas úteis** após a notificação oficial da Prefeitura, procedendo ao reparo ou à substituição do item defeituoso sem custo adicional.
- **Manual e Documentação:** Equipamentos eletrônicos devem ser entregues com manual de instruções em português e com todos os documentos de garantia e notas fiscais, de forma clara e legível.

4.3. Requisitos de Entrega, Montagem e Recebimento

A logística de entrega, montagem e o processo de recebimento dos bens devem ser realizados de forma organizada e eficiente para evitar interrupções nos serviços.

- **Prazo de Entrega:** O prazo máximo para a entrega é de **20 dias úteis**, a partir da data da emissão da Ordem de Fornecimento.

- **Responsabilidade da Contratada:** A contratada será responsável por todos os custos e riscos associados à entrega, incluindo transporte e seguro, além da montagem e instalação para os itens aplicáveis. A montagem do mobiliário deve ser executada por profissionais qualificados, garantindo a sua perfeita utilização.
- **Procedimento de Recebimento:** O recebimento dos bens será formalizado em duas etapas:
 - a) **Recebimento Provisório:** Ocorre na data da entrega, para verificação da quantidade e integridade física dos itens.
 - b) **Recebimento Definitivo:** Será efetuado em até **08 (oito) dias úteis** após a entrega, mediante a conferência final dos bens por um servidor ou comissão designada, que atestará a conformidade com as especificações e o perfeito funcionamento. Somente após o recebimento definitivo o processo de pagamento será iniciado.

4.4. Requisitos Técnicos Complementares

Certificações e Normas Técnicas:

- Os materiais e equipamentos devem atender às normas técnicas da ABNT e/ou de órgãos reguladores competentes (ex.: INMETRO, Anatel, Anvisa, conforme o tipo de produto).
- Quando aplicável, os produtos devem vir acompanhados de certificados de conformidade e/ou selos oficiais de qualidade e segurança.

Sustentabilidade e Eficiência Energética:

- Sempre que possível, os bens adquiridos devem possuir selo de eficiência energética (ex.: Procel, Energy Star) ou comprovação de baixo consumo elétrico, contribuindo para a sustentabilidade e redução de gastos públicos.
- As embalagens devem ser preferencialmente recicláveis ou reutilizáveis, visando à redução de impacto ambiental.

Padronização e Compatibilidade:

- Os equipamentos de informática e eletrônicos devem ser compatíveis com os sistemas já utilizados pela Prefeitura, garantindo integração e padronização tecnológica.
- Para mobiliários, observar padrões de cor, dimensões e design que favoreçam a uniformidade estética e funcional dos ambientes institucionais.

Treinamento e Orientação de Uso:

- Sempre que necessário, a contratada deverá fornecer treinamento básico aos servidores responsáveis pela utilização dos equipamentos, garantindo a correta operação e conservação dos bens.

Rastreabilidade e Identificação Patrimonial:

- Todos os itens devem ser entregues com etiqueta de identificação do fabricante (número de série ou código único).
- A contratada deverá disponibilizar informações para facilitar o tombamento no patrimônio da Prefeitura (descrição detalhada, número de série, local de instalação).

5. Levantamento de Mercado

A presente contratação visa suprir as demandas das Secretarias e Superintendências vinculadas à Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus/BA, mediante a aquisição de materiais permanentes indispensáveis ao pleno funcionamento administrativo e operacional da gestão municipal.

Para viabilizar a contratação, procedeu-se com um criterioso levantamento de mercado, cujo objetivo foi verificar a disponibilidade dos bens, identificar potenciais fornecedores e estimar preços de referência.

O estudo confirmou que os materiais planejados para a aquisição são **bens de natureza comum**, amplamente comercializados, com padrões de qualidade e desempenho mensuráveis, de fácil definição em edital. As informações coletadas fundamentam a solução de contratação adotada, assegurando que o processo licitatório seja conduzido com eficiência, transparência e em consonância com os princípios da economicidade e do planejamento.

5.1. Estudo da Forma de Aquisição

As aquisições dos materiais permanentes serão realizadas por meio de **empresas especializadas** no fornecimento de bens diversos. Essa abordagem foi escolhida por ser a mais vantajosa para a administração pública, em comparação com outras alternativas.

Vantagens da Aquisição por Empresa Especializada:

- **Venda de Produtos de Qualidade e Certificados:** Empresas especializadas oferecem produtos de qualidade que assegura o cumprimento das normas e padrões exigidos, conferindo maior confiança e segurança na aquisição;
- **Logística Simplificada:** Empresa especializada possui a estrutura para fornecer em quantidade, se necessário, otimizando o processo de pedidos e a logística de entrega para as secretarias.
- **Otimização de Custos:** Empresas especializadas, como atacadistas ou distribuidores, operam com grandes volumes e negociam preços mais competitivos, refletindo essa economia no custo final para a administração.

Análise das Alternativas e suas Desvantagens:

- **Aquisição Direta de Fabricantes (por item):**
 - **Desvantagem:** Exigiria a realização de múltiplos processos licitatórios, aumentando drasticamente o trabalho administrativo e burocrático.
- **Doação de Bens:**
 - **Desvantagem:** A doação é uma alternativa de aquisição, mas não é garantida, pois depende da **vontade de terceiros**. Além disso, os itens doados podem não atender às especificações técnicas, quantidades e prazos necessários, e o processo de incorporação ao patrimônio público pode ser burocrático.

5.2. Análise da forma de Contratação

A Contratação da aquisição será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, na modalidade **Registro de Preços (SRP)**, permitindo o fornecimento parcelado dos materiais permanentes conforme a necessidade das Secretarias e Superintendências.

Os itens da presente contratação enquadram-se como **bens e serviços comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por serem passíveis de definição objetiva de desempenho e qualidade em edital, conforme especificações usuais de mercado.

Fundamentação Legal:

- O **art. 29** da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a licitação para aquisição de bens e serviços comuns deve ser realizada, preferencialmente, na modalidade **Pregão, em sua forma eletrônica**.
- Tal exigência assegura maior competitividade, economicidade e celeridade ao processo.

Vantagens do Pregão Eletrônico com SRP:

- **Flexibilidade de Aquisição:** possibilita a compra gradual dos itens, atendendo às demandas específicas de cada órgão sem a necessidade de aquisição integral imediata.
- **Planejamento Orçamentário:** permite a programação das compras ao longo do exercício financeiro, facilitando a gestão do orçamento público.
- **Economicidade:** a modalidade eletrônica estimula a concorrência entre fornecedores e a redução de preços, garantindo a contratação mais vantajosa para a Administração.
- **Transparência e Legalidade:** todo o processo ocorre em plataforma digital, garantindo publicidade, rastreabilidade e conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

6.2.1 Análise das Alternativas e suas Desvantagens

Embora existam outras modalidades e modelos de contratação, a análise comparativa demonstrou que eles seriam menos vantajosos para a presente aquisição.

- **Pregão ou Concorrência sem Sistema de Registro de Preços:**
 - **Desvantagem da Rigidez:** Essa modalidade exigiria que a Prefeitura licitasse e adquirisse a quantidade total de itens de uma única vez. Isso inviabilizaria a aquisição de bens para necessidades futuras e imprevistas, que não podem ser quantificadas no início do processo.
 - **Desvantagem Logística e Financeira:** A aquisição em um volume único imporia um desafio logístico para o recebimento, o armazenamento e a distribuição de todos os itens, além de comprometer uma grande quantia do orçamento de uma só vez, o que pode não ser viável ou estratégico para a gestão fiscal.
- **Dispensa de Licitação:**
 - **Desvantagem Legal:** A aquisição de todos os itens, mesmo de forma parcelada, ultrapassaria o limite legal de valor estabelecido para a dispensa de licitação. Além disso, a fragmentação da despesa para fugir da licitação é vedada pela legislação.
 - **Desvantagem de Competitividade:** A dispensa não garante que a contratação seja feita pelo menor preço, pois não há um procedimento competitivo. Isso seria contrário aos princípios de economicidade e eficiência que regem a administração pública.
- **Concorrência:**
 - **Desvantagem de Inadequação:** A Concorrência é uma modalidade mais complexa, longa e burocrática, geralmente utilizada para obras, serviços de engenharia ou bens e serviços especiais. Utilizá-la para a aquisição de bens comuns seria desproporcional e ineficiente, contrariando o objetivo da própria Lei 14.133/2021, que direciona o uso do pregão para esses casos.

O levantamento de mercado e a análise das alternativas demonstram que a solução mais vantajosa e coerente é a adoção do Pregão Eletrônico via Sistema de Registro de Preços. Essa escolha está plenamente fundamentada na legislação e, principalmente, na necessidade de otimizar os recursos públicos, garantindo a eficiência, a transparência, a competitividade e a capacidade de a administração atender às demandas de forma contínua e planejada.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta para a aquisição dos materiais permanentes essenciais para o funcionamento das Secretarias e Superintendências da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus/BA está estruturada para garantir a eficiência operacional, a otimização de recursos e o cumprimento rigoroso das exigências legais. A escolha pela contratação via **Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP)** é respaldada pelos seguintes aspectos:

- **Objetivo da Contratação**

O principal objetivo da presente contratação é a aquisição de materiais permanentes indispensáveis ao pleno funcionamento administrativo e operacional da gestão municipal. A contratação visa garantir que os bens adquiridos atendam às necessidades das diversas Secretarias e Superintendências de forma gradual, conforme demanda, e com preços competitivos, refletindo a economia de escala proporcionada pelo fornecimento parcelado.

- **Abordagem Estratégica**

A estratégia adotada contempla a flexibilidade proporcionada pela modalidade de **Pregão Eletrônico com SRP**, permitindo a compra dos materiais conforme a necessidade das Secretarias, sem que seja necessário adquirir todos os itens de uma vez. A modalidade de SRP, além de reduzir a burocracia, assegura que a gestão municipal tenha acesso a preços mais competitivos por meio da concorrência entre os fornecedores.

- **Escolha da Empresa Especializada**

A solução de contratar empresas especializadas no fornecimento dos materiais permanentes foi determinada após análise cuidadosa das alternativas disponíveis. Optou-se por empresas com experiência e infraestrutura adequadas, capazes de garantir qualidade dos produtos, certificação de conformidade com normas exigidas e logística eficiente para entrega nos prazos estabelecidos. A experiência e a confiabilidade dessas empresas são essenciais para garantir o bom andamento dos processos administrativos e operacionais das Secretarias e Superintendências, evitando falhas no fornecimento ou problemas de qualidade.

- **Processo de Licitação e Gestão**

O **Pregão Eletrônico com SRP** garante maior transparência, agilidade e competitividade no processo licitatório. Ao adotar esta modalidade, a administração pública garante a publicidade dos atos e a rastreabilidade de todas as transações, proporcionando confiança na gestão pública. A escolha pela modalidade de Pregão Eletrônico atende ainda à Lei nº 14.133/2021, que prioriza esta forma de licitação para bens e serviços comuns, permitindo aquisição mais célere e eficiente.

Benefícios para a Administração Pública

Além das vantagens já mencionadas, a solução propõe os seguintes benefícios para a gestão pública:

- **Otimização de Custos:** O modelo de SRP permite a negociação de preços mais baixos devido ao volume de compra e ao incentivo à concorrência. Isso resulta em **redução de custos** para a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus/BA.
- **Planejamento Orçamentário:** A solução permite que as aquisições sejam realizadas conforme a programação orçamentária, facilitando o controle financeiro e evitando gastos inesperados ou excessivos.
- **Atendimento às Demandas Específicas:** A flexibilidade do sistema de Registro de Preços possibilita a atualização das compras conforme a necessidade específica das Secretarias e Superintendências, sem que isso gere um impacto negativo na execução do orçamento municipal.
- **Sustentabilidade Administrativa:** A escolha por empresas especializadas também garante o fornecimento de produtos com certificados de qualidade, o que assegura o cumprimento das normas ambientais e de segurança exigidas pela legislação vigente.

Gestão e Acompanhamento da Contratação

A gestão da contratação será realizada de forma contínua e eficaz, com acompanhamento constante do fornecimento dos materiais, monitoramento das entregas e verificação do cumprimento dos prazos estipulados no contrato. A administração contará com o suporte técnico das empresas fornecedoras para a resolução rápida de eventuais problemas que possam surgir.

Assim, a solução proposta, estruturada por meio da modalidade Pregão Eletrônico com SRP, contempla todas as necessidades da administração pública municipal e assegura que os materiais permanentes necessários ao funcionamento das Secretarias e Superintendências sejam adquiridos de forma eficiente e econômica. A adoção dessa solução não só respeita a legislação vigente, mas também promove uma gestão pública mais eficiente, alinhada aos princípios da transparência, competitividade e planejamento estratégico, proporcionando benefícios duradouros para a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus/BA.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de quantidades foi elaborada a partir da análise do consumo histórico dos exercícios anteriores, complementada pela projeção de demandas futuras decorrentes da ampliação prevista dos programas e atividades das secretarias municipais. Para tanto, foram coletados dados junto às unidades requisitantes, por meio do **Memorando nº 5000/2025**, com o objetivo de identificar as necessidades imediatas e futuras de aquisição de materiais permanentes em âmbito municipal. As informações levantadas foram compiladas, possibilitando a definição dos itens e o cálculo das quantidades totais necessárias para atender tanto às demandas atuais quanto às aquisições planejadas. A seguir, apresentam-se os itens identificados e suas respectivas quantidades estimadas, conforme as necessidades apuradas.

| ITEM | CATMAT | DESCRIÇÃO | UND | QUANT | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--------|--|-----|-------|----------------|----------------|
| 1 | 626069 | APARELHO CELULAR SMARTPHONE: 256 GB, 5G WI-FI, TELA 6.8", 12 GB RAM, SELFIE 40MP | UND | 189 | R\$ 1.488,49 | R\$ 281.324,61 |
| | | APARELHO PURIFICADOR DE ÁGUA: Tipo: Eletrônico, | | | | |



| | | | | | | |
|---|--------|--|-----|-----|--------------|----------------|
| 2 | 614139 | Voltagem: Bivolt V, Capacidade: 0,7 L, Capacidade Refrigeração: 0,24 L/H, Características Adicionais: Água Natural, Fria E Gelada, Tipo Fixação: Parede /Bancada, Acessórios: Kit Instalação, Filtro | UND | 56 | R\$ 650,08 | R\$ 36.404,48 |
| 3 | 367717 | APOIO ERGONÔMICO PARA OS PÉS: plástico ABS de alta resistência, base antiderrapantes, estrutura de apoio tubular metálica; apoio para os pés com tampo injetado; altura do apoio dos pés ajustável, conforme necessidade; NR17 do MTE - Laudo de Ergonomia emitido por engenheiro de segurança do trabalho ou profissional com especialização em ergonomia devidamente habilitado para tal finalidade; cor preta; GARANTIA: 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo | UND | 26 | R\$ 130,89 | R\$ 3.403,14 |
| 4 | 612386 | ARMÁRIO ARQUIVO, AÇO: revestimento: pintura em esmalte sintético, largura: 0,71 m, profundidade: 0,50 m, altura: 1,23 m, padrão acabamento: texturizado, material: chapas de aço, material base: metal, características adicionais: cada gaveta com 02 chave de travamento comporta, quantidade gavetas: 4 UND. | UND | 130 | R\$ 1.534,68 | R\$ 199.508,40 |
| 5 | 351317 | ARMÁRIO BAIXO FECHADO COM 02 PORTAS: Madeira MDF, Quantidade Portas: 2 UN, Material Porta: Madeira MDF, Tipo Portas: De Giro, Quantidade Prateleiras: 01 UN, Material Prateleiras: Madeira MDF, Tipo Puxador: Alça, Tratamento Superficial: Laminado Melamínico, Largura: 80 CM, Altura: 75 CM, | UND | 3 | R\$ 709,33 | R\$ 2.127,99 |

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|----|--------------|---------------|
| | | Características Adicionais: com chave, Profundidade: 40 CM, Cor Azul. | | | | |
| 6 | 473251 | ARMÁRIO COPA, BALCÃO: material: aço inoxidável, tipo: balcão, acabamento superficial: liso, quantidade portas: 2 UND, quantidade prateleiras: 1 UND, largura: 1,50 m, profundidade: 0,70 m, altura: 0,85 m, características adicionais: portas corrediças, cor: branca. | UND | 24 | R\$ 1.435,78 | R\$ 34.458,72 |
| 7 | 607900 | ARMÁRIO COPA, BALCÃO: material: MDF, tipo: balcão, quantidade portas: 5 UND, quantidade prateleiras: 2 UND, cor: branca, largura: 2,70 m, profundidade: 0,50 m, altura: 0,75 m. | UND | 15 | R\$ 1.574,30 | R\$ 23.614,50 |
| 8 | 600638 | ARMÁRIO COPA, DE PAREDE: material: aço, tipo: de parede, acabamento superficial: pintado, cor: branca, quantidade portas: 3 UND, largura: 1,05 m, profundidade: 0,30 m, altura: 0,50 m, características adicionais: com dobradiças em metal e puxadores. | UND | 32 | R\$ 819,03 | R\$ 26.208,96 |
| 9 | 605908 | ARMÁRIO COPA, DE PAREDE: material: mdf, tipo: de parede, acabamento superficial: laminado, quantidade portas: 3UND, quantidade prateleiras: 2 UND, largura: 35 cm cm, profundidade: 35 cm m, altura: 82 cm m, cor: branco. | UND | 18 | R\$ 788,00 | R\$ 14.184,00 |
| 10 | 601391 | ARMÁRIO DE AÇO PARA ESCRITÓRIO CINZA 3 PRATELEIRAS: Material: Aço, Quantidade Portas: 2, Largura: 0,75 CM, Altura: 1,66 M, Profundidade: 35 cm, Características Adicionais: 3 prateleiras (1 Fixa Central e 2 Reguláveis), fechadura conjugada, tratamento especial | UND | 6 | R\$ 1.533,62 | R\$ 9.201,72 |

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|----|--------------|---------------|
| | | da superfície e pés com sapatas plásticas protetoras, Cor: Cinza Claro | | | | |
| 11 | 481752 | ARMÁRIO ESCRITÓRIO DE PAREDE: Material: Mdf, Quantidade Portas: 4 UM, Quantidade Prateleiras: 1 UM, Revestimento: Laminado Melamínico, Largura: 160 CM, Altura: 76 CM, Profundidade: 50 CM, Tipo: Suspenso | UND | 4 | R\$ 875,17 | R\$ 3.500,68 |
| 12 | 276715 | ARMÁRIO ESCRITÓRIO, MDF: cor cinza, altura 83cm, comprimento 90cm, profundidade 42cm, 02 portas, 02 prateleiras. | UND | 1 | R\$ 751,13 | R\$ 751,13 |
| 13 | 394131 | ARMÁRIO ESCRITÓRIO: Material: Aço, Quantidade Portas: 4 UM, Largura: 0,40 M, Altura: 2,03 M, Características Adicionais: 4 Vãos Sobrepostos Medindo 0,46x0,37x0,40 M, Com, Profundidade: 0,40 M, Cor: Cinza Claro | UND | 34 | R\$ 2.155,65 | R\$ 73.292,10 |
| 14 | 611267 | ARMÁRIO ESCRITÓRIO: Material: Mdf, Quantidade Portas: 2 UN, Material Porta: Madeira Mdf, Tipo Portas: De Giro, Quantidade Prateleiras: 2 UN, Material Prateleiras: Madeira Mdf, Tipo Puxador: Alça, Revestimento: Laminado Melamínico, Largura: 160 CM, Altura: 74 CM, Características Adicionais: Travamento Portas Sistema Cremona, Fechadura Com C, Profundidade: 48 CM, Tipo: Baixo, Cor: Cinza | UND | 48 | R\$ 1.280,75 | R\$ 61.476,00 |
| 15 | 613252 | ARMÁRIO ESCRITÓRIO: Material: Madeira Mdf, Quantidade Portas: 2 UN, Material Porta: Madeira Mdf, Tipo Portas: De Giro, Quantidade Prateleiras: 1 UN, Material Prateleiras: Madeira Mdf, Tipo Puxador: Alça, | UND | 39 | R\$ 2.118,45 | R\$ 82.619,55 |

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|----|--------------|----------------|
| | | Tratamento Superficial: Laminado Melamínico, Largura: 110 CM, Altura: 190 CM, Características Adicionais: Travamento Portas Sistema Cremona, Profundidade: 50 CM, Cor Cinza. | | | | |
| 16 | 307130 | ARMÁRIO ESTANTE, AÇO: material: aço, largura: 0,92 m, profundidade: 0,30 m, altura: 1,98 m, cor: cinza, acabamento superficial: pintado, quantidade prateleiras internas: 6 UND, quantidade portas: 2. | UND | 83 | R\$ 1.788,11 | R\$ 148.413,13 |
| 17 | 237477 | ARMÁRIO ESTANTE, MDF: material: madeira mdf, revestimento: laminado melamínico, padrão acabamento: cerejeira, quantidade prateleiras externas: 3 UND, característica porta: com dobradiças e chave, largura: 0,90 m, profundidade: 0,45 m, altura: 1,80 m, quantidade portas: 2 UND, características adicionais: prateleiras vazadas e removíveis, cor cinza. | UND | 30 | R\$ 886,08 | R\$ 26.582,40 |
| 18 | 365063 | ARMÁRIO VITRINE: porta com fechadura cilíndrica; fundo e teto em chapa de aço esmaltada epóxi; porta e laterais em vidro; 3 prateleiras. Porta com fechadura cilíndrica, fundo e teto em chapa de aço em pintura epóxi; porta e laterais de vidro cristal de 3mm, 3 prateleiras. Dimensões externas aproximadas: comprimento 0,50 cm, profundidade 0,40cm; altura 1,50m. | UND | 51 | R\$ 2.187,88 | R\$ 111.581,88 |
| 19 | 482650 | ARQUIVO EM AÇO: cor cinza com quatro gavetas, medindo 1,36m, largura de 47cm, profundidade 57cm. | UND | 1 | R\$ 1.633,56 | R\$ 1.633,56 |
| | | AUTOTRANSFORMADOR: aplicação fax/geladeira, potência | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|----|--------------|---------------|
| 20 | 362484 | nominal 1000 VA, tensão nominal 220/110V | UND | 24 | R\$ 132,28 | R\$ 3.174,72 |
| 21 | 329347 | AUTOTRANSFORMADOR: potência nominal 1500 VA, tensão nominal 220/110 V | UND | 19 | R\$156,14 | R\$ 2.966,66 |
| 22 | 354069 | AUTOTRANSFORMADOR: potência nominal 3000 VA, tensão nominal 220/110 V | UND | 16 | R\$ 229,09 | R\$ 3.665,44 |
| 23 | 425933 | AUTOTRANSFORMADOR: tipo trifásico, potência nominal 30 KVA, tensão nominal 220 380 V, frequência nominal 60 HZ, componentes caixa proteção e isolamento, barramento neutro e T | UND | 7 | R\$ 4.669,83 | R\$ 32.688,81 |
| 24 | 622211 | BALANÇA DIGITAL CORPORAL EM AÇO INOX: display de LCD, liga, zera e desliga automaticamente, 4 sensores, funcionado a pilhas AAA de 1,5 V, capacidade máxima: 180 kg. certificação INMETRO e aferida pelo IPEM. | UND | 50 | R\$ 68,06 | R\$ 3.403,00 |
| 25 | 308672 | BALANÇA MECÂNICA ANTROPOMÉTRICA 300KG: estrutura em chapa de aço carbono; régua de aço cromado; perfil da escala numérica em alumínio; cursores em aço inoxidável; acabamento em tinta poliéster a pó na cor branca; pés reguláveis em borracha sintética; antropômetro em alumínio anodizado e litografado com medidas até 2 m; tapete antiderrapante. Certificação do INMETRO e aferida pelo IPEM. | UND | 18 | R\$ 1.936,59 | R\$ 34.858,62 |
| | | BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL: com concha em polipropileno, com capa almofadada, capacidade de até 30kg, displays operador (Frontal): LED 6 dígitos; displays paciente (Traseiro): LED 6 | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|----|--------------|---------------|
| 26 | 457135 | dígitos, painel à prova de respingos, 2 teclas (ZERO e TARA), concha anatômica, material anti germes, pés reguláveis, cobertura em plástico, Função TARA até 100% da capacidade máxima de pesagem, fonte de alimentação bivolt e manual de instruções. Certificação do INMETRO e aferidas pelo IPEM. | UND | 24 | R\$ 1.051,37 | R\$ 25.232,88 |
| 27 | 387928 | BALCÃO ATENDIMENTO, EM L: Material estrutura: madeira MDF, material corpo: madeira MDF revestimento corpo: laminado melamínico, quantidade prateleiras: 2 UND, quantidade gavetas: 4 UND, características adicionais: sem portas, formato em "L", largura: 1,60 m, profundidade: 1,40 m, altura: 1,10 m, cor revestimento: cinza ou branco. | UND | 21 | R\$ 2.499,80 | R\$ 52.495,80 |
| 28 | 619547 | BALCÃO ATENDIMENTO: material estrutura: madeira MDF, material corpo: madeira MDF, características adicionais: parte basculante, largura: 2,50 m, profundidade: 0,50 m, altura: 0,90 m, cor: cinza ou branco, gavetas: 4 UND | UND | 9 | R\$ 2.092,67 | R\$ 18.834,03 |
| 29 | 626388 | BASTÃO DE LUZ LED: De Preenchimento Rgb Controle Remoto Gamer Estrutura Preto 20W | UND | 1 | R\$ 152,14 | R\$ 152,14 |
| 30 | 480863 | BATEDEIRA DOMÉSTICA: Capacidade: 2.000 ML, Características Adicionais: 5 Velocidades, Para Massas Leve, Média, Potência: 330 W, Voltagem: 220 V | UND | 24 | R\$ 189,95 | R\$ 4.558,80 |
| 31 | 419343 | BATERIA ESTACIONÁRIA: 12 V, 100 A 115 AMP | UND | 30 | R\$ 958,40 | R\$ 28.752,00 |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|-----|--------------|----------------|
| 32 | 338715 | BEBEDOURO ÁGUA: Tipo: Vertical Elétrico, Características Adicionais: Pré-Tratamento Contra Corrosão/Pintura Epóxi Pó/Na, Voltagem: 110/220 V, Material Gabinete: Aço Carbono, Capacidade Água: 20 L, Material Corpo: Aço Carbono. | UND | 38 | R\$ 1.866,67 | R\$ 70.933,46 |
| 33 | 463069 | BEBEDOURO, TIPO: ELÉTRICO DE MESA: para suporte a recipiente de 20 litros, Material: Plástico, Voltagem: 127 /220V, Cor: Branca, Bandeja coletora de água removível, Características Adicionais: 2 Torneiras Desmontáveis Água Natural/Gelada. Com selo de qualidade e garantia pelo INMETRO em conformidade com a norma NBR NM-IEC 335-1/1998. GARANTIA: 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo | UND | 2 | R\$ 558,38 | R\$ 1.116,76 |
| 34 | 613649 | CADEIRA COM BRAÇO, FIXA: tipo assento - encosto: fixo, material assento/encosto: alumínio, quantidade de pés: 4 um, dimensões assento: 530 x 530 mm, dimensões encosto: 530 x 730 mm, tratamento superficial: polido, cor: preta, características adicionais: peso max. recomendado: 120 kg. | UND | 269 | R\$ 584,17 | R\$ 157.141,73 |
| 35 | 617704 | CADEIRA COM BRAÇO, GIRATÓRIA: Material Estrutura: Aço, Material Revestimento Assento E Encosto: Couro Ecológico, Material Encosto: Espuma Poliuretano Injetado, Tipo Base: Giratória Com 5 Rodízios Duplos, Tipo Encosto: Baixo, Apoio Braço: Com Braços, Tipo Sistema Regulagem Vertical: A Gás, Características Adicionais: Regulagem De Inclinação Do Encosto, Quantidade Pés: 5 UN | UND | 235 | R\$ 828,33 | R\$194.657,55 |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|-----|------------|---------------|
| 36 | 621974 | CADEIRA COM BRAÇO, GIRATÓRIA: tipo assento - encosto: giratória, material assento/encosto: espuma injetada, quantidade de pés: 05 UND, cor: preta, características adicionais: estrutura em aço /espaldar médio/braço regulável, tipo sistema regulagem vertical: a gás. | UND | 127 | R\$ 532,71 | R\$ 67.654,17 |
| 37 | 617703 | CADEIRA DE ESCRITÓRIO PRESIDENTE GIRATÓRIA COM BRAÇO: Material Estrutura: Aço, Material Revestimento Assento E Encosto: Couro Ecológico, Material Encosto: Espuma Poliuretano Injetado, Tipo Base: Giratória Com 5 Rodízios Duplos, Tipo Encosto: alto, Apoio Braço: Com Braços, Tipo Sistema Regulagem Vertical: A Gás, Características Adicionais: Regulagem De Inclinação Do Encosto, Quantidade Pés: 5 UM. | UND | 27 | R\$ 854,33 | R\$ 23.066,91 |
| 38 | 625040 | CADEIRA DE ESCRITÓRIO PRESIDENTE GIRATÓRIA: Couro, Cor- Preto, - Regulagem de altura, Medidas do Encosto - Largura: 51 cm, - Altura Min : 1,12 Cm- Altura Máx : 1,21 Cm, - Altura mínima do chão:67 Cm - Altura máxima do chão: 73 Cm Altura do assento - Profundidade: 50 cm - Largura: 50 cm - Altura mínima do chão: 47 cm - Atura máxima do chão: 55 cm | UND | 9 | R\$ 853,44 | R\$ 7.680,96 |
| 39 | 287945 | CADEIRA DE PLÁSTICO SEM BRAÇO: material: plástico, cor: branca, tipo: sem braço, monobloco de polipropileno, resistente, capacidade até 150kg características adicionais: empilhável, certificada pelo INMETRO. | UND | 90 | R\$ 58,97 | R\$ 5.307,30 |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|-----|--------------|----------------|
| 40 | 390178 | CADEIRA ESCRITÓRIO PRESIDENTE ESTEIRINHA: Material Estrutura: Aço Cromado; Material Revestimento Assento E Encosto: Couro; Material Encosto: Espuma Injetada; Material Assento: Espuma Injetada; Tipo Base: Giratória Com 5 Rodízios Duplos; Tipo Encosto: Espaldar Alto; Apoio Braço: Com Braços; Cor: Preta; Tipo Sistema Regulagem Vertical: A Gás. | UND | 8 | R\$ 1.412,18 | R\$ 11.297,44 |
| 41 | 617247 | CADEIRA GIRATÓRIA: com encosto alto e regulagem de altura a gás. Possui estrutura em aço, revestimento em couro ecológico e espuma injetada. Conta com braços de apoio, sapatas niveladoras e base com 5 pés para maior conforto e estabilidade. Cor: Preta | UND | 19 | R\$ 687,83 | R\$ 13.068,77 |
| 42 | 607528 | CADEIRA SECRETÁRIA SEM BRAÇO: Material Estrutura: Metal, Material Revestimento Assento E Encosto: Couro Ecológico, Material Encosto: Espuma Poliuretano Injetado, Tipo Base: Fixa pé palito, Cor Preta. | UND | 121 | R\$ 346,93 | R\$ 41.978,53 |
| 43 | 600318 | CADEIRA SOBRE LONGARINA, 3 ASSENTOS: material assento e encosto: compensado/espuma injetada, material revestimento assento e encosto: couro sintético, cor: preta, características adicionais: com braços fixos, material estofamento: espuma de poliuretano injetado, material estrutura: aço, acabamento superficial longarina: tratamento antiferrugens. | UND | 108 | R\$ 984,40 | R\$ 106.315,20 |
| | | CADEIRA SOBRE LONGARINA, 4 ASSENTOS: material assento e encosto: espuma de poliuretano, material | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|-----|--------------|----------------|
| 44 | 469699 | revestimento assento e encosto: tecido couríssimo, plástico e metais, cor: preta, comprimento longarina: 230 cm, material estrutura: aço, cor longarina: preta | UND | 102 | R\$ 1.213,88 | R\$ 123.815,76 |
| 45 | 463063 | CAFETEIRA ELÉTRICA: material: aço inoxidável, capacidade: 1,50 l, voltagem: 110 v - 220 v, potência: 700 w, cor: preta. | UND | 131 | R\$ 249,64 | R\$ 32.702,84 |
| 46 | 301713 | CAFETERIRA INDUSTRIAL, 6 LITROS: 220 V, Cafeteira em aço inoxidável, com pingadeira em ABS, possui 2 torneiras horizontal para facilitar a limpeza, Torneiras com visor de nível para água e café. Acompanha coador de pano e escova para limpeza das torneiras. | UND | 5 | R\$ 1.084,50 | R\$ 5.422,50 |
| 47 | 286245 | CAIXA DE SOM ACÚSTICA AMPLIFICADA: amplificação classe H, alto-falante de 15", driver de compressão com diafragma de titânio, potência de 500 W RMS, alça injetada em ABS, sensibilidade de 99DB, cor preta, MP3 player via USB e SD card; entradas MIC XLR (fêmea) e P2 (fêmea), com controle de nível; entradas de linha RCA (fêmea) e XLR (fêmea) com controle de nível; saídas de linha P2 (fêmea) e XLR (macho); controle de volume, graves e agudos ajustável. alimentação bivolt | UND | 87 | R\$ 2.194,68 | R\$ 190.937,16 |
| 48 | 268749 | CAIXA DE SOM PC: 3 watts de potência máxima de saída dos alto falantes, resposta de frequência 20wz, tecnologia USB, modo de saída estéreo. | UND | 2 | R\$ 47,34 | R\$ 94,68 |
| | | CAMA BOX SOLTEIRO D 33: Material: Madeira Mogno Tipo: Box/Solteiro Comprimento: 2,10 | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|----|---------------|---------------|
| 49 | 401153 | M Largura: 0,88 M Tratamento Superficial: Tecido Jacquard Características Adicionais: 0,26 m Altura Colchão/Espuma Selada/Pro Selada D33/ | UND | 20 | R\$ 1.128,98 | R\$ 22.579,60 |
| 50 | 486186 | CAMA TIPO BELICHE SOLTEIRO: produzida em madeira, resistente e alta durabilidade, com escada de dois degraus. Dimensões: altura: 1,60 largura 0,93 profundidade: 2,02. | UND | 2 | R\$ 1.068,67 | R\$ 2.137,34 |
| 51 | 615180 | CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL MIRRORLESS: Características Gerais: Tipo: Câmera digital tipo mirrorless (sem espelho); Cor: Preta; Corpo em material resistente, com empunhadura ergonômica; Compatível com lentes intercambiáveis do sistema Canon RF ou equivalente. Sensor de Imagem: Tipo: CMOS Full Frame (35mm); Resolução efetiva: mínimo de 26 megapixels; Tamanho do sensor: 36 x 24 mm ou equivalente. Processador de imagem: Processador: DIGIC 8 ou superior. Sistema de Foco: Sistema de autofoco Dual Pixel CMOS AF; Mínimo de 4.000 pontos de detecção de foco automático; Detecção de rosto e olhos; Modos de foco: AF contínuo, AF único e manual. Obturador: Velocidade do obturador: 1/4000 a 30 segundos, com modo bulb. ISO: Faixa ISO nativa: 100–40.000 (expansível até ISO 102.400). Tela LCD: Tipo: Tela de cristal líquido (LCD); Tamanho: Mínimo de 3 polegadas; Articulada e sensível ao toque (touchscreen); Resolução: Mínimo de 1.040.000 pontos. Visor: Tipo: Visor eletrônico (EVF) OLED; Resolução: Mínimo de 2.360.000 pontos; Cobertura de imagem: Aproximadamente 100%. | UND | 1 | R\$ 16.024,88 | R\$ 16.024,88 |

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|---|---------------|----------------|
| | | Gravação de Vídeo: Capacidade de gravação em Full HD (1080p) e 4K (UHD); Gravação em 24, 30 e 60 fps; Entrada para microfone externo (3,5 mm); Saída HDMI para monitor externo. Lente Inclusa no Kit: Lente Canon RF 24-105mm f/4-7.1 IS STM, ou equivalente; Estabilizador de imagem (IS); Foco automático com motor STM; Abertura variável de f/4.0 a f/7.1. Conectividade: Wi-Fi e Bluetooth integrados; Compatível com aplicativos móveis para controle remoto. Armazenamento: Compatível com cartões SD, SDHC ou SDXC (UHS-I). Bateria: Bateria recarregável de íons de lítio; Autonomia mínima de 200 fotos por carga; Acompanhada de carregador original. Acessórios inclusos: Corpo da câmera; Lente RF 24- 105mm f/4-7.1 IS STM; Tampa frontal e traseira da lente; Correia de pescoço; Carregador de bateria; Cabo USB; Bateria recarregável. Garantia: Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação | | | | |
| 52 | 302449 | CAMÊRA FOTOGRÁFICA: DSRL FULL HD com lente EFS 18-135mm, sensor CMOS APS-C de 24 MP. ISO até 25600. disparo contínuo de 8 FPS. filmagem com resolução FULL HD, permitindo salvar em mp4. AF de área ampla de 45 pontos. LCD touchscreen (3,0 polegadas). visor óptico de penta prisma. conectividade WI-FI e bluetooth integrada. Suporta taxas de captura de fotos contínuas de 10 QPS | UND | 8 | R\$ 13.265,00 | R\$ 106.120,00 |
| 53 | 602193 | CARREGADOR: portátil power bank USB celular 10.0000 - 20.0000 MAH | UND | 2 | R\$ 128,53 | R\$ 257,06 |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|-----|--------------|----------------|
| 54 | 602230 | CHALEIRA ELÉTRICA: jarra elétrica em inox, capacidade de 1,8 Litros, desligamento automático, tampa com trava de segurança, botão liga/desliga, voltagem 127v. | UND | 11 | R\$ 85,54 | R\$ 940,94 |
| 55 | 459473 | COLCHÃO SOLTEIRO: espuma selada, tipo D45, tamanho 0,88 x 1,88, forrado com tecido resistente. | UND | 10 | R\$ 604,86 | R\$ 6.048,60 |
| 56 | 627099 | DISCO SÓLIDO: Portátil Sandisk, 11TB 800MB/s, Usb C 3.2 Gen 2, SDSSDE30-1T00-G26 | UND | 11 | R\$ 697,06 | R\$ 7.667,66 |
| 57 | 429427 | ESCADA: em aço 5 degraus, tipo dobrável, pintura epóxi, com proteção anti-ferrugem, pés antiderrapantes, Peso máximo suportado 120 kg, certificação INMETRO. | UND | 1 | R\$ 245,31 | R\$ 245,31 |
| 58 | 617878 | ESCADA: em aço com 2 degraus, construída em tubo de aço redondo de 1" de diâmetro x 1,25 mm de espessura de parede, pintados pelo processo eletroestático em epóxi pó após tratamento antiferrugismo, pés providos de ponteiros de PVC, piso em chapa de aço recoberto por borracha antiderrapante protegidos por cantoneiras de aço inoxidável em toda volta sem aresta ou pontos cortantes, identificação do fabricante na peça, certificação INMETRO | UND | 33 | R\$ 235,00 | R\$ 7.755,00 |
| 59 | 622155 | ESTANTE: material: aço, altura: 200 cm, largura: 120 cm, profundidade: 40 cm, acabamento superficial: esmalte sintético, quantidade prateleiras: 6 UND, cor: cinza. | UND | 224 | R\$ 1.773,33 | R\$ 397.225,92 |
| | | ESTRADO PLÁSTICO MODULAR: 100 x 60 x 5 cm, fabricados em polipropileno (PP) | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|----|--------------|----------------|
| 60 | 387925 | em módulos que encaixam perfeitamente sem deixar sobressaltos ou rebarbas, suporte de peso (mínimo 100kg), leve e atóxico, cor preto | UND | 30 | R\$ 293,75 | R\$ 8.812,50 |
| 61 | 483312 | FERRO PASSAR ROUPA: Tipo: Elétrico A Seco, Tensão Alimentação: 127 V, Características Adicionais: Antiaderente, Controle De Temperatura Potência: 1.000 W | UND | 27 | R\$ 135,33 | R\$ 3.653,91 |
| 62 | 482244 | FOGÃO COM 05 BOCAS: com forno acendimento automático bivoltMaterial: Aço Inoxidável Aplicação: Doméstica Tipo Fogão: Convencional Quantidade Bocas: 5 UN Características Adicionais: Forno Autolimpante, Timer, Acendimento Automático Voltagem: Bivolt V Cor: Inox | UND | 5 | R\$ 1.468,72 | R\$ 7.343,60 |
| 63 | 617471 | FOGÃO ELÉTRICO – INDUÇÃO: Material: Aço Inoxidável, Potência: 2000 W, Voltagem: 220 V, Largura: 43 CM, Altura: 7 CM, Profundidade: 21 CM, Componentes: 2 Bocas. | UND | 4 | R\$ 959,08 | R\$ 3.836,32 |
| 64 | 425200 | FOGÃO GÁS: tipo fogão: convencional, quantidade bocas: 4 UND, normas técnicas: selo inmetro categoria "a", características adicionais: acendimento automático / forno autolimpante / tam-, voltagem: 110/220 v, cor: branca. | UND | 13 | R\$ 879,39 | R\$ 11.432,07 |
| 65 | 620331 | FOGÃO INDUSTRIAL: material: aço inoxidável, funcionamento: gás, tipo acendimento: manual, tipo uso: cozinhar e assar alimentos, características adicionais: 3 queimadores duplos, 3 queimadores simples e 2 fo, quantidade bocas: 6 UND. | UND | 46 | R\$ 2.419,40 | R\$ 111.292,40 |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|----|------------|---------------|
| 66 | 483021 | FONES DE HEADSET: modo mãos livres, inclui microfone, comprimento do cabo 1.2m, drive 40mm, com sensibilidade 1 hz 1mv 110db +/- 3 db , dimensão 17x7,5x18,5 cm, peso 206g , potência de saída 40mw, dobrável, regulagem de altura, over ear envolvendo a orelha, controle com botões , microfone integrado, compatível com assistente de voz. | UND | 12 | R\$ 229,83 | R\$ 2.757,96 |
| 67 | 399613 | FORNO MICRO-ONDAS 30L: Potência (W) 1000; 110V, Função Grill; Termostato Sim; Eficiência Energética nível A; Funções Teclas pré-programadas; Material: Aço Inoxidável Capacidade: 30 L Potência: 1.000 W Voltagem: 110 V Cor: Branca Funções: 5 Tipos De Cardápio, Descongelar Características Adicionais: Display Digital, Relógio, Trava Segurança, Receitas | UND | 9 | R\$ 800,67 | R\$ 7.206,03 |
| 68 | 402161 | FORNO MICROONDAS : Capacidade: 28 L Características Adicionais: Timer, Prato Giratório, Auto Descongelamento Cor: Branca Material: Aço Inoxidável Potência: 800 W Voltagem: 110/220 V | UND | 4 | R\$ 743,27 | R\$ 2.973,08 |
| 69 | 308667 | FORNO MICRO-ONDAS 42L: 127V Material: Aço Inoxidável Capacidade: 42 L Voltagem: 120 /220 V Características Adicionais: Temporizador De 99 Minutos E 99 Segundos, Frequência | UND | 4 | R\$ 919,50 | R\$ 3.678,00 |
| 70 | 473582 | FORNO MICROONDAS: Capacidade: 32 L Características Adicionais: Alarme Sonoro Potência: 900 W Voltagem: 127 V - 220 V | UND | 34 | R\$ 720,61 | R\$ 24.500,74 |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|----|--------------|----------------|
| 71 | 625843 | FREEZER HORIZONTAL: Capacidade: 500 L, Quantidade Tampas: 1 UM, Cor: Branca, Tensão Alimentação: 127- 220 V | UND | 23 | R\$ 3.761,37 | R\$ 86.511,51 |
| 72 | 438025 | FREEZER VERTICAL: Capacidade: 400 L, Tensão Alimentação: 127 - 220 V, Características Adicionais: Triplafunção; Eficiência Energética Etiqueta "A", Quantidade Portas: 1 UM, Cor: Branca. | UND | 37 | R\$ 4.990,11 | R\$ 184.634,07 |
| 73 | 431266 | FRIGOBAR: capacidade: 120 L, tensão alimentação: 110/220 v, cor: branca, características adicionais: prateleiras removíveis /gavetas/etiqueta "a". | UND | 22 | R\$ 1.460,48 | R\$ 32.130,56 |
| 74 | 613378 | FRIGOBAR: capacidade: 88 L, tensão alimentação: 110/220 v, cor: branca, características adicionais: prateleiras removíveis. | UND | 11 | R\$ 1.204,95 | R\$ 13.254,45 |
| 75 | 603131 | FRITADEIRA, TIPO AIR FRYER: Material Estrutura: Aço Inoxidável, Potência: 1900 KW, Tensão Alimentação: 127 - 220 V, Capacidade: 5,0 L Características Adicionais: Sem Utilizar Óleo. | UND | 16 | R\$ 379,12 | R\$ 6.065,92 |
| 76 | 360272 | GELADEIRA/REFRIGERADOR: Capacidade de 334l; Cor branca; Sistema Degelo: Frost Free; 110V, Capacidade Refrigeração: 320 L Tensão Alimentação: 110 V Características Adicionais: Congelador, Frost Free E Degelo Automático | UND | 9 | R\$ 3.541,68 | R\$ 31.875,12 |
| 77 | 602474 | KIT 6 RADIO COMUNICADOR: Walk Talk 16 Ch, 12km Baofeng, 777s | UND | 1 | R\$ 563,33 | R\$ 563,33 |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|----|--------------|---------------|
| 78 | 275167 | LAVADORA ALTA PRESSÃO: Vazão: 360 L/H, Características Adicionais: Gatilho Auto-Desligável /Jato Regulável /Misturador, Tensão: 110/220 V, Peso: 13KG, Pressão: 1400 LB. | UND | 2 | R\$ 986,83 | R\$ 1.973,66 |
| 79 | 478094 | LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, 10 L: material copo: aço inoxidável, material base: aço inox, capacidade: 10 l, potência motor: 0,75 cv, tensão nominal: 110V - 220 V, material tampa: alumínio. | UND | 15 | R\$ 1.234,83 | R\$ 18.522,45 |
| 80 | 481373 | LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, 25 L: material copo: aço inoxidável, material base: aço inox, capacidade: 25 l, potência motor: 1,5 cv, tensão nominal: 110 V - 220 V. | UND | 8 | R\$ 3.276,12 | R\$ 26.208,96 |
| 81 | 439372 | LIQUIDIFICADOR: Capacidade: 2 L Potência: 700 W Voltagem: 110 / 220 V Material: Plástico Inquebrável Uso: Doméstico Características Adicionais: Com Controle De Velocidade, Copo Reforçado | UND | 7 | R\$ 162,39 | R\$ 1.136,73 |
| 82 | 607776 | LIQUIDIFICADOR: Capacidade: 3 L, Potência: 1.200 W, Voltagem: 110 V -220 V, Uso: Doméstico, Características Adicionais: 12 Velocidades, Copo Reforçado, cor: preta. | UND | 75 | R\$ 260,15 | R\$ 19.511,25 |
| 83 | 605387 | MÁQUINA DE COSTURA 22 PONTOS: flexíveis e decorativos costura reta com ponto ajustável: ideal para unir tecidos, franzir e fazer pespontos, potência da máquina: 70w, tensão: 127 v, velocidade: 1.100 rp, controlador de velocidade, capa protetora, manual de instruções com certificado de garantia. Garantia mínima de 12 meses. | UND | 3 | R\$ 2.570,75 | R\$ 7.712,25 |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|----|--------------|---------------|
| 84 | 607792 | MÁQUINA LAVAR ROUPA 11 KG: Tipo: Lavadora E Secadora, Capacidade: 11 KG, Características Adicionais: Automática, Abertura Frontal Com Trava De Segurança, Voltagem: 127 - 220 V, Material Gabinete: Aço Inoxidável, Material Cesto: Metálico, Cor: Branca. | UND | 3 | R\$ 4.180,45 | R\$ 12.541,35 |
| 85 | 449998 | MÁQUINA LAVAR ROUPA 15 KG: Tipo: Tipo: Automática, Capacidade: 15 KG, Aplicação: Doméstica, Lavagem /Enxágüe E Centrifugação Características Adicionais: Tampa Abertura Frontal/Sistema De Lavagem/ Funções, Voltagem: 127 - 220 V, Material Cesto: Aço Inoxidável, Cor: Branca | UND | 7 | R\$ 2.530,96 | R\$ 17.716,72 |
| 86 | 623623 | MESA AUXILIAR SEM GAVETA: Material: MDF, dimensões: L92x P61x A75cm, pés em aço tipo H, com 4 sapatas em PVC e 4 ponteiros niveladoras, cor: Cinza. | UND | 1 | R\$ 488,99 | R\$ 488,99 |
| 87 | 399167 | MESA COPA/COZINHA: material mesa: estrutura tubular com tampo granito, forma mesa: retangular, comprimento mesa: 1,10 m, largura mesa: 1,00 m, quantidade cadeiras: 4 UND, material cadeira: tubo aço, tipo assento: estofado, cor cadeira: bege, características adicionais: estrutura tubular na cor preta. | UND | 62 | R\$ 876,47 | R\$ 54.341,14 |
| 88 | 603773 | MESA DE ESCRITÓRIO FORMATO L: com altura de 0,85 m e tampo de 25 mm de espessura. Fabricada em MDF com revestimento em laminado melamínico de baixa pressão. Possui calha e caixa de tomada, além de mesa principal e auxiliar | UND | 3 | R\$ 1.562,75 | R\$ 4.688,25 |

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|-----|--------------|---------------|
| | | com medidas de 1,80 m x 1,60 m cada. Ideal para espaços amplos e funcionais. | | | | |
| 89 | 250258 | MESA DE ESCRITÓRIO, MDF: cor cinza, altura 74cm, largura 0,60cm, comprimento 1,20m, 02 gavetas | UND | 1 | R\$ 623,13 | R\$ 623,13 |
| 90 | 603773 | MESA ESCRITÓRIO FORMATO L: material: madeira MDF, revestimento: laminado melamínico de baixa pressão, cor cinza, espessura tampo: 25 mm, formato: em "L", comprimento mesa auxiliar: 1,80 m e largura mesa auxiliar: 1,60 m, altura: 0,85 m, características adicionais: com 2 gavetas e caixa de tomada, comprimento mesa principal: 1,80 m e largura mesa principal: 1,60 m | UND | 34 | R\$ 1.732,43 | R\$ 58.902,62 |
| 91 | 622437 | MESA ESCRITÓRIO: material estrutura: madeira, material tampo: madeira, revestimento tampo: laminado madeira, largura: 1,00 m e altura: 0,79 m, padrão acabamento tampo: laminado freijó, comprimento: 2,00 m acabamento estrutura: envernizado, espessura tampo: 25 mm, características adicionais: com 2 gavetas, Cor: cinza. | UND | 77 | R\$ 704,50 | R\$ 54.246,50 |
| 92 | 481497 | MESA ESCRITÓRIO: Material Estrutura: MDF, Material Tampo: MDF, Largura: 61 CM, Altura: 74 CM, Comprimento: 92 CM, Espessura Tampo: 25 MM, Características Adicionais: Cor: Cinza. | UND | 1 | R\$ 432,67 | R\$ 432,67 |
| 93 | 625231 | MESA ESCRITÓRIO: Material Estrutura: MDF, Material Tampo: MDF, Largura: 70 CM, Altura: 74 CM, Comprimento: 1,60 M, Espessura Tampo: 25 MM, Características Adicionais: Com 2 gavetas. Cor: Cinza. | UND | 109 | R\$ 786,00 | R\$ 85.674,00 |

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|----|--------------|----------------|
| 94 | 481338 | MESA PARA IMPRESSORA: material aço/ferro pintado, dimesões mínimas de 80x 60x 70 cm, tampo madeira MDF. | UND | 2 | R\$ 481,50 | R\$ 963,00 |
| 95 | 619734 | MESA REUNIÃO REDONDA: Material: Madeira, Tipo Madeira: Mdf, Acabamento Superficial: Laminado Melamínico, Diâmetro: 1000 MM, Altura: 750 MM, Quantidade Pés: 4 UM, Espessura Tampo: 25 MM, Cor Tampo: Cinza, Material Estrutura: Tubo De Aço | UND | 17 | R\$ 875,30 | R\$ 14.880,10 |
| 96 | 620563 | MESA REUNIÃO RETANGULAR: Material: Metal, Comprimento: 2,4 M, Largura: 0,8 M, Altura: 0,9 M, Revestimento: Laminado Melamínico, Material Borda Lateral: Pvc, Espessura Tampo: 25 MM, Cor Estrutura: Preta, Acabamento Estrutura: Pintura Eletrostática Em Epóxi-Pó, Material Tampo: Aglomerado Mdf, Cor: cinza. | UND | 38 | R\$ 2.772,75 | R\$ 105.364,50 |
| 97 | 364625 | MICROFONE DE LAPELA: sistema de microfone de lapela sem fio compacto para uso em smartphone. inclui dois microfones omnidirecionais de lapela com cliques de fixação e dois transmissores bodypack com cliques para cinto.os microfones se conectam aos transmissores bodypack leves, que funcionam com duas baterias aaa. receptor ultracompacto de canal duplo, que se conecta diretamente à porta lightning do iphone ou dispositivo ios. conector de saída de 3,5 mm no receptor para fones de ouvido. controle de ganho de entrada do receptor. transmissores alimentados por duas pilhas aaa, com autonomia superior a 10 horas. itens inclusos: 1 receptor, | UND | 25 | R\$ 941,93 | R\$ 23.548,25 |

| | | | | | | |
|-----|--------|---|-----|----|--------------|---------------|
| | | 2 transmissores bodypack, 2 x microfones de lapela omnidirecionais, 2 x cliques de microfone de lapela estilo jacaré, 2 x pára-brisas de espuma, pino de emparelhamento | | | | |
| 98 | 626201 | MICROFONE SEM FIO: Dinamico, Recarregável, Display Digital | UND | 4 | R\$ 350,80 | R\$ 1.403,20 |
| 99 | 626201 | MICROFONE SEM FIO: Tipo: Bastão Sem Fio, Alimentação: 220, Resposta Frequência: 50 Hz A 15.000 KHZ, Impedância: 50/500 OHMS, Alcance: 100 M, Aplicação: Voz Principal, Padrão: Unidirecional, Acessórios: Bateria, Carregador E Cabo. | UND | 96 | R\$ 807,41 | R\$ 77.511,36 |
| 100 | 624663 | MICROFONE: com fio, bivolt. acessórios: bolsa com zíper, cachimbo ou suporte para pedestal, aplicação: voz principal, características adicionais: dinâmico, componentes adicionais: conector profissional xlr, impedância: 150 /350, padrão: polar cardióide, resposta frequência: 50 a 16.000, sensibilidade: a 1 khz -58, tipo: de mão com fio | UND | 5 | R\$ 317,47 | R\$ 1.587,35 |
| 101 | 621480 | MICROFONE: Sem Lavalier Hollyland Lark M2s Mini, cor preta | UND | 5 | R\$ 1.360,88 | R\$ 6.804,40 |
| 102 | 613955 | PALLET DE PLÁSTICO VAZADO: 1,00M x 1,20M PRETO em Polipropileno (PP), trançado para suportar grandes cargas. Leve e atóxico, possibilitando o empilhamento de 26 pallets em apenas 1m de altura. Proteção contra raios ultravioleta, resistente diante de ácidos, gorduras, solventes e | UND | 50 | R\$ 173,29 | R\$ 8.664,50 |

| | | | | | | |
|-----|--------|---|-----|----|--------------|----------------|
| | | odores. Capacidade estática para 3 mil kg e capacidade dinâmica para 1,2 mil Kg | | | | |
| 103 | 456779 | PEDESTAL MICROFONE: Material Base Sustentação: Aço Carbono, Tipo: Girafa, Formato Base: Tripé Dobrável, Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática, Tipo Haste: Telescópica, Características Adicionais: Haste Com Regulagem De Altura E Inclinação, Altura: 1,95 M | UND | 17 | R\$ 331,29 | R\$ 5.631,93 |
| 104 | 359194 | POLTRONA RECLINÁVEL: assento fixo com espuma D28 e encosto espumado, sistema de elevação das pernas e encosto reclinável articulado pelo movimento do corpo, revestido em couro ecológico, capacidade de carga até 180 kg, estrutura em aço e madeira tratada, cor: preto; garantia mínima de 12 meses. | UND | 5 | R\$ 884,20 | R\$ 4.421,00 |
| 105 | 450254 | PRATELEIRAS PARA QUARTOS E COZINHA: Tipo: Suspensa Material: Madeira Comprimento: 80 CM Largura: 20 CM Uso: Guarda De Utensílios Cor: Marrom | UND | 20 | R\$ 123,66 | R\$ 2.473,20 |
| 106 | 626910 | PROJETOR MULTIMÍDIA: Distância Mínima Tela: 90 CM, Distância Máxima Tela: 10 M, Tipo Lâmpada: Uhe Potência Lâmpada: 210 W, Voltagem: Bivolt V Frequência: 50/60 HZ, Quantidade Entradas Vídeo: 2 Un Tipo Zoom: Óptico, Potência Autofalantes: 5 W Quantidade Autofalantes: 1 UM, Tipo: Teto E Mesa Capacidade Conexão: Conexão: Rj45, Características Adicionais: Conexão Rj45, Hdmi, D-Sub15 Pin, Rca, Usb A E B, S, Luminosidade Mínima: 3.800 LM, Tipo Foco: Manual, Tipo Projeção: Frontral / Traseiro / Teto, Tipo Tecnologia: Rj45, | UND | 73 | R\$ 4.101,27 | R\$ 299.392,71 |

| | | | | | | |
|-----|--------|--|-----|----|--------------|----------------|
| | | Resolução Mínima: 1.280 X 800 DPI, Resolução: 1.280 X 800, Contraste Mínimo: 16.000, Tipo Controle: Remoto, Sem Fio. | | | | |
| 107 | 269039 | REFRIGERADOR TIPO GELADEIRA: Capacidade de armazenagem mínima de 260 litros; Degelo Seco ou sistema similar; Cor do gabinete: branco; Tensão de alimentação (voltagem): 110V – 220V; Modelo de gabinete (tipo): vertical; Prateleiras internas removíveis com altura regulável; Gaveta inferior tipo gavetão; Controle de temperatura; Puxador externo; Compressor silencioso e que não utilize gás CFC; Pés niveladores; Iluminação interna. | UND | 51 | R\$ 2.646,85 | R\$ 134.989,35 |
| 108 | 605389 | SANDUICHEIRA: material: aço inoxidável, tensão: 110 v - 220 v, potência: 750 w, características adicionais: chapas revestidas com teflon, tipo grill. | UND | 15 | R\$ 138,12 | R\$ 2.071,80 |
| 109 | 246917 | SELADORA EMBALAGEM, PARA GRAU CIRURGICO: no mínimo 30 cm de área livre para selagem, espessura de selagem mínima de 10 mm, bivolt, com guilhotina para corte | UND | 25 | R\$ 592,19 | R\$ 14.804,75 |
| 110 | 611786 | SUPORTE DE TELEVISÃO: Material: Metal, Tipo: Pedestal, Tamanho: Para Tv De 32" Até 75", Cor: Preta | UND | 30 | R\$ 648,91 | R\$ 19.467,30 |
| 111 | 461528 | SUPORTE MICROFONE: Material: Alumínio, Tipo: Articulado, Aplicação: Áudio, Características Adicionais: Possui Indicador De Microfone Em Funcionamento, Uso: Microfones Até 2 Kg, Cor: Preto /Prata. | UND | 13 | R\$ 385,17 | R\$ 5.007,21 |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|-----|--------|--|-----|----|--------------|----------------|
| 112 | 617851 | SUPORTE PARA PROJETOR DE TRIPÉ, BASE MÓVEL: Material: Metal/Alumínio, Altura 2,5 m, Tipo de instalação: Piso, Carga máxima do suporte 5 kg. | UND | 5 | R\$ 213,38 | R\$ 1.066,90 |
| 113 | 282168 | SUPORTE PROJETOR (DATASHOW) UNIVERSAL: Material: Metal, pedestal articulado 360°, tripé com inclinação, regulador de altura, bandeja de apoio, cor: preto. | UND | 1 | R\$ 329,11 | R\$ 329,11 |
| 114 | 230106 | TELA PROJEÇÃO: material estrutura alumínio, tipo tripé profissional, tipo ajuste tela manual e retrátil, tipo acabamento courvin, material tecido, cor acabamento preta, tipo fixação móvel, cor branca, altura 1,75, largura 1,75, espessura 2, material triple aço. | UND | 25 | R\$ 953,01 | R\$ 23.825,25 |
| 115 | 602318 | TELA PROJEÇÃO: Material Estrutura: Alumínio, Tipo Ajuste Tela: Elétrico/Retrátil Com Controle Remoto, Material: Lona Vinílica, Tipo Fixação: Teto, Cor: Branca Com Verso Preto, Altura: 4,63 M, Largura: 2,70 M, Tensão Entrada: 110/220 V, Tamanho Tela: 200 POL | UND | 58 | R\$ 7.709,19 | R\$ 447.133,02 |
| 116 | 486188 | TELEVISOR DO TIPO SMART TV 75": com tela de LED ou QLED, tamanho mínimo de 75 polegadas em formato widescreen (16:9), com resolução mínima Ultra HD 4K (3840 x 2160 pixels), com capacidade de conexão à internet via Wi-Fi e entrada para cabo Ethernet (LAN). A Smart TV deve permitir o acesso a aplicativos de streaming (como YouTube, Netflix, etc.) e navegação na internet, com sistema operacional compatível com os principais aplicativos disponíveis no mercado. Alimentação: Bivolt automático | UND | 5 | R\$ 6.001,28 | R\$ 30.006,40 |

| | | | | | | |
|-----|--------|--|-----|-----|--------------|----------------|
| | | (100-240V, 50/60Hz).Garantia mínima: 12 meses. Certificações obrigatórias: Produto deve possuir selo de homologação da ANATEL (para recursos de conectividade) e selo de eficiência energética do INMETRO (classe A ou equivalente). | | | | |
| 117 | 470801 | TELEVISOR: Tamanho Tela: 42 Polegadas, Voltagem: Bivolt V, Características Adicionais: Smart Tv, Full Hd, Entradas Hdmi /Usb, Conversor Di, Tipo Tela: Led, Acessórios: Controle Remoto/Sleep Time/Vhf/Uhf E Tv A Cabo | UND | 80 | R\$1.624,66 | R\$ 129.972,80 |
| 118 | 443965 | TELEVISOR: Tamanho Tela: 50 POL, Voltagem: Bivolt V, Características Adicionais: Smart Tv, Full Hd, Entradas Hdmi /Usb, Conversor Di , Tipo Tela: Led , Acessórios: Controle Remoto | UND | 27 | R\$ 2.181,78 | R\$ 58.908,06 |
| 119 | 626424 | TRIPÉ: Material: Alumínio, Tipo: Retrátil, Altura Máxima: 1,80 M, Capacidade: 2,5 KG, Tipo Cabeça: Giratória, Aplicação: Câmera De Vídeo Características Adicionais: 1 Bolsa Para Transporte | UND | 8 | R\$ 272,33 | R\$ 2.178,64 |
| 120 | 461895 | VENTILADOR, TIPO COLUNA: potência motor: 200 w, tensão alimentação: 110/220 v, características adicionais: oscilante, controle velocidade, regulagem altura e material: aço, diâmetro: 50 cm, cor: preta, altura: 1,90 m. | UND | 55 | R\$ 263,51 | R\$ 14.493,05 |
| 121 | 612241 | VENTILADOR, TIPO PAREDE: potência motor: 1/4 hp, tensão alimentação: 110 v /220 v, características adicionais: grade removível, material: aço, cor: preto, diâmetro: 50 a 60 cm, quantidade velocidade: 3 UND. | UND | 206 | R\$ 286,70 | R\$ 59.060,20 |

| | | | | | | |
|-----------------------------|--------|--|-----|---|--------------|-------------------------|
| 122 | 628055 | GUARDA-ROUPA: Material: Madeira Mdf, Tipo Madeira: Aglomerado, Acabamento Superficial: Laminado, Quantidade Gavetas: 4 UM, Quantidade Portas: 6 UM, Altura: 3,95 M, Largura: 1,30 M, Profundidade: 60 CM, Características Adicionais: Com Maleiro, Puxador Tipo Cava Com Fechadura. | UND | 3 | R\$ 1.613,36 | R\$ 4.840,08 |
| 123 | 464238 | GUARDA-ROUPA: Material: Madeira De Demolição, Quantidade Gavetas: 4 UM, Quantidade Portas: 4 UM, Altura: 2 M, Largura: 2 M, Profundidade: 50 CM | UND | 4 | R\$ 829,62 | R\$ 3.318,48 |
| 124 | 620622 | ARMÁRIO: Material: MDF, Tipo: alto, Quantidade de portas: 2UN, Tipos de portas: com puxadores e fechadura, Acabamento Superficial: Laminado Mela mínico, Cor: branca, Altura: 2,74 M, Largura: 130CM, Profundidade:60CM, Aplicação dormitório | UND | 8 | R\$ 933,33 | R\$ 7.466,64 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | | | | R\$ 5.390.090,66 |

A escolha por estimativas baseadas em registros de consumo pretérito, associada ao cruzamento com as projeções de uso pelas secretarias, busca assegurar o equilíbrio entre o atendimento das necessidades reais e a prudência no gasto público, favorecendo, ainda, a obtenção de ganhos de escala e a racionalização do fornecimento. Assim, as quantidades estimadas apresentadas refletem, de forma criteriosa e fundamentada, as demandas consolidadas de diversas unidades administrativas da Prefeitura Municipal, resultantes de levantamento detalhado realizado junto aos setores competentes.

Esse procedimento assegura não apenas o adequado planejamento das aquisições de materiais permanentes, mas também a manutenção da regularidade e da eficiência das atividades administrativas, prevenindo descon continuidades, otimizando recursos e garantindo condições adequadas para a continuidade e qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Ressalta-se que tais quantidades poderão ser ajustadas conforme a demanda efetiva de cada órgão participante, especialmente em contratações realizadas por meio de sistema de registro de preços, garantindo maior flexibilidade à Administração.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.390.090,66

A estimativa do valor da contratação foi apurada com base em pesquisa de mercado realizada por meio de consulta ao sistema Banco de Preços, conforme registrado no **Despacho 5- 7.503/2025**, em estrita observância ao disposto no art. 23, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

Considerando os quantitativos estimados e os preços obtidos na referida pesquisa, o valor total da contratação foi fixado em **R\$ 5.390.090,66** (Cinco milhões trezentos e noventa mil e noventa reais e sessenta e seis centavos), de acordo com os custos unitários apresentados na tabela constante do item 7 deste ETP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A presente contratação será realizada com **parcelamento da aquisição por item**. A diversidade de bens a serem adquiridos, que incluem desde mobiliário de escritório até equipamentos de informática e eletrônicos, justifica essa decisão, alinhando o processo aos princípios de competitividade, economicidade e eficiência.

O parcelamento por item é a solução mais vantajosa para a administração pública pelos seguintes motivos:

- **Ampliação da Competitividade:** A aquisição em lote único limitaria a participação a um número restrito de empresas, geralmente grandes atacadistas ou distribuidores que trabalham com uma ampla gama de produtos. Ao parcelar a licitação por item, a Prefeitura possibilita que empresas especializadas em um determinado segmento (por exemplo, apenas móveis de escritório ou apenas equipamentos de informática) possam participar do certame. Isso aumentará o universo de licitantes e estimulará uma competição de preços mais saudável.
- **Obtenção de Propostas Mais Vantajosas:** A competitividade gerada pelo parcelamento tende a resultar em preços unitários mais baixos para a administração. Fornecedores especializados, que possuem maior conhecimento do mercado e operam com margens mais competitivas em seus nichos, podem oferecer propostas mais vantajosas do que fornecedores generalistas que vendem uma variedade de itens.
- **Garantia de Qualidade e Especialização:** A contratação de empresas especializadas para cada tipo de item garante que os bens adquiridos tenham um padrão de qualidade superior e, muitas vezes, ofereçam um suporte técnico e garantia mais eficientes, uma vez que o fornecedor concentra sua expertise em um segmento específico.
- **Fundamento Legal:** O parcelamento da licitação encontra respaldo no **Artigo 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece a possibilidade de divisão da contratação em itens ou lotes, sempre que for tecnicamente viável e não prejudicar a economicidade do processo. No caso da aquisição de bens diversos, o parcelamento não apenas é viável, como é a forma mais eficaz de garantir a melhor proposta para a administração.

Em suma, a divisão da licitação em itens é a estratégia que melhor atende ao interesse público, pois promove a competição, assegura a economicidade dos recursos e garante a aquisição de produtos com maior qualidade e adequação às necessidades dos órgãos da Prefeitura.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Após análise da natureza e da finalidade da contratação pretendida, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que guardem relação direta com a aquisição de materiais permanentes objeto deste processo.

- **Modernização e padronização da infraestrutura administrativa**, substituindo equipamentos obsoletos por itens novos e mais duráveis, promovendo melhores condições de trabalho aos servidores;
- **Estímulo à competitividade e à participação de empresas especializadas**, inclusive micro e pequenas empresas, fortalecendo a economia regional e ampliando a concorrência no processo licitatório.

Assim, a contratação contribuirá não apenas para a eficiência da gestão pública, mas também para a melhoria das condições de trabalho dos servidores e da qualidade dos serviços prestados à população, em consonância com os princípios da economicidade, planejamento e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

13. Providências a serem Adotadas

Para assegurar a adequada execução contratual e o cumprimento das obrigações pactuadas, a Administração deverá adotar, previamente à celebração do contrato, as seguintes providências:

1. Elaboração do Termo de Referência completo, contendo descrição clara e objetiva de cada item permanente (mobiliários, eletrodomésticos, equipamentos de informática, eletrônicos etc.), critérios de julgamento, condições de fornecimento, prazos de entrega, forma de pagamento, responsabilidades da contratada e da Administração;
2. Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e habilitatória da empresa contratada, em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital e na legislação vigente;
3. Registro da contratação no PNCP, no Portal da Transparência Municipal e demais sistemas de controle, assegurando a observância aos princípios da publicidade e da transparência;
4. Definição e, se necessário, capacitação dos fiscais de contrato, garantindo que estejam aptos a realizar o acompanhamento da execução, a conferência da conformidade técnica dos bens entregues, o recebimento provisório e definitivo, além da elaboração de relatórios de fiscalização;
5. Estabelecimento de mecanismos de substituição imediata de itens com vícios ou não conformidades, de acordo com as garantias previstas no edital e na legislação aplicável.

Essas providências visam garantir não apenas a legalidade e a regularidade do procedimento, mas também a eficiência, a qualidade e a segurança na execução do contrato, prevenindo falhas e assegurando o atendimento integral do interesse público.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação refere-se à aquisição de materiais permanentes que, embora indispensáveis às atividades administrativas e operacionais do Município de Santo Antônio de Jesus, podem gerar impactos ambientais ao longo de seu ciclo de vida, especialmente nas fases de fabricação, transporte, utilização e descarte final.

Possíveis impactos ambientais identificados:

- Consumo de energia elétrica por parte de eletrodomésticos, equipamentos de informática e eletrônicos;
- Emissão de gases poluentes decorrentes do transporte e logística de entrega dos materiais;
- Geração de resíduos sólidos de difícil reciclagem, como componentes plásticos, metálicos e eletrônicos;
- Risco de descarte inadequado de equipamentos obsoletos ou inservíveis, com potencial de contaminação ambiental (ex.: resíduos eletroeletrônicos).

Medidas mitigadoras adotadas:

- Exigência de que todos os produtos fornecidos sejam novos, originais e devidamente **certificados** pelos órgãos competentes (Inmetro, ABNT, normas ambientais aplicáveis);

- Inclusão de cláusula contratual determinando que a substituição de itens com defeito ou vício seja feita pela empresa fornecedora, que ficará responsável pelo recolhimento e destinação ambientalmente adequada dos bens substituídos;
- Incentivo à aquisição de produtos com selo de eficiência energética e certificações de sustentabilidade, reduzindo o consumo de energia elétrica;
- Observância dos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), com estímulo à adoção de práticas de logística reversa, especialmente para equipamentos eletroeletrônicos;
- Preferência por fornecedores que adotem práticas sustentáveis em sua cadeia de produção e logística, como uso de embalagens recicláveis e frota com menor emissão de poluentes.

Conclui-se que os impactos ambientais, embora existentes, são controláveis e mitigáveis mediante obrigações contratuais claras, fiscalização eficiente da execução e observância da legislação ambiental vigente, contribuindo para uma gestão pública mais sustentável e responsável.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após a análise técnica e administrativa realizada no presente Estudo Técnico Preliminar, esta equipe de planejamento declara **viável** a contratação para aquisição de materiais permanentes destinados às Secretarias e Superintendências vinculadas à Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus/BA.

A decisão fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- A necessidade comprovada de modernização, padronização e reposição de mobiliários, eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos, itens de informática e utensílios diversos, essenciais ao pleno funcionamento das atividades administrativas e operacionais;
- A contribuição direta da contratação para a melhoria das condições de trabalho dos servidores, garantindo infraestrutura adequada e maior eficiência na prestação dos serviços públicos;
- A previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA/2025), em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, assegurando alinhamento com o planejamento institucional;
- A escolha do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** como forma de contratação, o que garante flexibilidade, economicidade, racionalização dos recursos públicos e adequação ao caráter descentralizado das demandas das secretarias;
- A adoção de medidas de mitigação de impactos ambientais e de sustentabilidade, como exigência de certificações e observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Diante do exposto, a contratação mostra-se técnica, operacional e economicamente vantajosa, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento que regem a Administração Pública.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NILVIA LEMOS BARRETO

Membro da Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 29/09/2025 às 10:22:38.

Matriz de Gerenciamento de Riscos 64/2025

1. Informações Básicas

| | | |
|--|-------------------------|------------------|
| Número da Matriz de Alocação de Riscos | Responsável pela Edição | Data de Criação |
| 64/2025 | NILVIA LEMOS BARRETO | 23/09/2025 15:20 |
| Objeto da Matriz de Riscos | | |
| Aquisição de materiais permanentes indispensáveis para o pleno funcionamento administrativo e operacional da gestão municipal. | | |

2. Histórico de Revisões

| | | | |
|------------------|--------|---|----------------------|
| Data e Hora | Versão | Descrição | Autor |
| 24/09/2025 14:33 | 1.0 | Revisão gerada automaticamente após publicação de ajustes na fase de Planejamento | NILVIA LEMOS BARRETO |

3. Riscos Identificados

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|---|--|-----------------------|---------------|------------------------|---------|
| R-01 | Demanda Imprecisa | Definição incorreta das quantidades e/ou falta de detalhamento das necessidades dos setores. | Planejamento | Administração | Médio | 3508 |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Aquisição de bens em excesso (desperdício) ou em quantidade insuficiente (serviços não atendidos). | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Realizar reuniões com os setores para detalhar as necessidades. Utilizar os Documentos de Formalização da Demanda (DFDs) como base e confrontar com o estudo de mercado. Responsável: NILVIA LEMOS BARRETO | | | | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Realizar nova aquisição complementar se necessário. Utilizar eventual saldo da ata de registro de preços. Responsável: JAMILLE PEREIRA SANTOS | | | | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-02 | Especificações Técnicas Inadequadas | Utilização de especificações genéricas ou restritivas, sem a devida pesquisa de mercado. | Planejamento | Administração | Médio | 3509 |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Restrição da competitividade. Propostas que não atendem às necessidades. Processo licitatório deserto ou fracassado. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Consultar a equipe técnica da Prefeitura para a elaboração das especificações. Utilizar as NBRs e normas de mercado. Validar as especificações com as cotações de preços. Responsável: NILVIA LEMOS BARRETO | | | | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Anular ou revogar o certame. Revisar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência. Responsável: NILVIA LEMOS BARRETO | | | | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-03 | Valor de Referência Desatualizado | Defasagem dos preços de mercado devido à inflação ou variações econômicas entre o estudo inicial e a divulgação do edital. | Planejamento | Administração | Alto | 3510 |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Propostas de preços acima do valor estimado. Fracasso do processo licitatório por impossibilidade de adjudicação. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Realizar uma pesquisa de preços final pouco antes da publicação do edital para garantir a atualização dos valores. Responsável: NILVIA LEMOS BARRETO | | | | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Suspender o certame e realizar um novo estudo de preços. Responsável: LEONARDO DE JESUS SANTOS | | | | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-04 | Ausência de Propostas Competitivas | Publicidade insuficiente. Condições de habilitação excessivamente restritivas. Termo de Referência confuso. | Seleção do Fornecedor | Administração | Médio | 3511 |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Preços acima do valor estimado. Contratação antieconômica. Processo deserto. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Divulgar o edital em veículos de ampla circulação. Realizar pesquisa de mercado com antecedência para definir um valor de referência realista. Responsável: ERICK BRENO PINHO LEMOS | | | | | |

Assinado por 1 pessoa: ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://sajba.1.doc.br/verificacao/AD22-2291-5D34-3508 e informe o código AD22-2291-5D34-3508



| Ações de Contingência | | | | | | |
|-----------------------|---|--|-----------------------|---------------------------------------|------------------------|---------|
| C-01 | abrir o prazo do edital. Anular a licitação e realizar um novo processo, com edital revisado. | | | Responsável: LEONARDO DE JESUS SANTOS | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-05 | Inabilitação do Vencedor do Certame | Documentação de habilitação incompleta ou com irregularidades não detectadas na análise inicial. | Seleção do Fornecedor | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso na contratação. Burocracia para convocação do próximo colocado. Possível preço final mais alto. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Análise rigorosa e minuciosa da documentação de habilitação. Realizar diligências para conferir a veracidade das informações apresentadas. | | | Responsável: ERICK BRENO PINHO LEMOS | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Convocação imediata do próximo classificado. Iniciar processo de penalização do licitante inabilitado. | | | Responsável: ERICK BRENO PINHO LEMOS | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-06 | Recurso Administrativo Prolongado | Desacordo de um licitante com a decisão do Pregoeiro, gerando recurso administrativo que suspende o processo. | Seleção do Fornecedor | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atrasos significativos na homologação da licitação. Prejuízos para a administração que precisa dos bens. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Elaborar um edital claro e preciso. Fundamentar e justificar de forma técnica e legal todas as decisões do Pregoeiro no certame. | | | Responsável: ERICK BRENO PINHO LEMOS | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Analisar e julgar o recurso no prazo legal. Comunicar a decisão de forma transparente e imediata. | | | Responsável: ERICK BRENO PINHO LEMOS | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-07 | Atraso na Entrega dos Itens. | Problemas de logística ou produção do fornecedor. Eventos imprevisíveis (força maior). (Após a seleção do fornecedor, o risco será devidamente alocado à contratada). | Gestão de Contrato | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Prejuízo à continuidade dos serviços. Secretarias sem condições de trabalho. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Prever no contrato cláusulas de penalidade por atraso. Exigir cronograma de entrega detalhado. | | | Responsável: LEONARDO DE JESUS SANTOS | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Aplicar sanções contratuais (multas). Avaliar a possibilidade de rescisão do contrato e chamar o próximo fornecedor da ata de registro de preços. | | | Responsável: LEONARDO DE JESUS SANTOS | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-08 | Entrega de Itens Fora das Especificações | Falha no controle de qualidade do fornecedor. (Após a seleção do fornecedor, o risco será devidamente alocado à contratada). | Gestão de Contrato | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Bens inservíveis. Gastos com devolução. Atraso na utilização dos bens. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Realizar fiscalização rigorosa no recebimento, com verificação de todos os itens. Exigir o envio de amostras para aprovação prévia, se aplicável. | | | Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Recusar o recebimento dos itens. Notificar o fornecedor para substituição imediata, sob pena de multa e rescisão. | | | Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-09 | Não Atendimento à Garantia | Fornecedor falha em prestar o suporte técnico ou a garantia no prazo e forma previstos em contrato. (Após a seleção do fornecedor, o risco será devidamente alocado à contratada). | Gestão de Contrato | Administração | Alto | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Equipamentos inoperantes. Aumento de custos de manutenção para a Prefeitura. Prejuízo às atividades dos servidores. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Incluir cláusulas contratuais detalhadas sobre a garantia. Exigir garantia mínima de 12 meses. Prever penalidades em caso de descumprimento. | | | Responsável: LEONARDO DE JESUS SANTOS | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Notificar o fornecedor e aplicar multas. Em casos graves, rescindir o contrato e acionar os mecanismos legais de ressarcimento. | | | Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| | Inadimplência | Crise financeira ou falência do fornecedor. Má gestão do contrato. (Após a seleção do | | | | |

Assinado por 1 pessoa: ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://br.ssigna.com.br/verificacao/AD22-2281-5D34-3508> e informe o código AD22-2281-5D34-3508



| | | | | |
|------|------------|---|---------------|------|
| R-10 | Fornecedor | fornecedor, o risco será devidamente alocado à Gestão de Contrato | Administração | Alto |
| | | contratada). | | |
| | | Impactos | | |
| 1 | | Não recebimento dos bens contratados. Prejuízo ao erário. Necessidade de nova contratação, com atrasos. | | |
| | | Ações Preventivas | | |
| P-01 | | Realizar análise de idoneidade e saúde financeira do fornecedor durante a habilitação. Exigir Responsável: ERICK BRENO PINHO LEMOS garantia de execução do contrato. | | |
| | | Ações de Contingência | | |
| C-01 | | Executar a garantia. Rescindir o contrato de forma unilateral. Iniciar um novo processo de Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ contratação. | | |

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

NILVIA LEMOS BARRETO

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 24/09/2025 às 15:01:54.



(Processo Administrativo nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO
ANTONIO DE JESUS, POR INTERMÉDIO DO (A)

.....

E

.....

Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus, inscrita no CNPJ: 13.825.476/0001-03, por intermédio ***** com sede na *****, nº *****, CEP *****, na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado CEP 44.440-900, neste ato representado (a) pelo (a), nomeado (a) pelo Decreto Municipal nº, de publicada no de , doravante ***** ** 20** DOM 20** denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado [CONTRATADO], [CNPJ], (a) na , na cidade de / , doravante designado CONTRATADO, neste ato representado [endereço] [cidade][UF] (a) por , conforme [nome e função no CONTRATADO] [atos constitutivos da empresa] [procuração OU tendo em vista o que consta no Processo administrativo e em apresentada nos autos], 1Doc nº 5.977/2026 observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) nº , mediante as Pregão Eletrônico XX/XXXX cláusulas e condições a seguir enunciadas

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de [objeto], nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------------|------------|-------------------|----------------|
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |
| ... | | | | | | |

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.3.1. O Termo de Referência;
- 2.3.2. O Edital da Licitação;
- 2.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

6.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

8.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.8.1. A Administração terá o prazo de *15 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 dias;

9.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

10.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

10.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 10.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 10.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 10.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 10.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 10.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 10.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 10.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;



- 10.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 10.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 10.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

14.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes, do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Das indenizações e multas.

14.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da cidade de Santo Antônio de Jesus para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*Santo Antônio de Jesus, ** de ***** de 2026.*

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS-BA

Processo Administrativo nº 5.977-2026

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

1. O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202...., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202...., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

2. DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *[objeto]*, especificado(s) no(s) item(ns) *XX* do Termo de Referência, anexo *XX* do *[edital de licitação]* n.º *xxxx/xxxx*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item do TR | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> | | | | | | | |
|------------|--|--|---|---------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca <i>(se exigida no edital)</i> | Modelo <i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

3.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será o(a) *[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]*.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.1.2. demonstracão de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.1.3. consulta e aceitacão prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.2. A autorizacão do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitacão da adesão pelo fornecedor.

5.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execucão de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.3. Após a autorizacão do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisicão ou a contratacão solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratacão, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitacão do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

5.6. As aquisicões ou contratacões adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.8. Para aquisicão emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administracão Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

5.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administracão Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.6, desde que seja destinada à execucão descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedacão a acréscimo de quantitativos

5.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZACÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgacão no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. Em caso de prorrogacão da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

- 6.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 6.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;
- 6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e
- 6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.
- 6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Item do TR | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> | | | | | | | |
|------------|--|--|---|---------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca <i>(se exigida no edital)</i> | Modelo <i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Item do TR | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> | | | | | | | |
|------------|--|--|---|---------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca <i>(se exigida no edital)</i> | Modelo <i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº */2026/PE/SRP**
(Processo Administrativo nº 5.977/2026)

Planilha de Preços e Quantitativos
[para envio pelos melhores classificados]

| | | |
|---|-----------------------------|-----------------|
| LICITANTE: | | |
| END. COMERCIAL: | | UF: |
| CEP: | FONE/FAX: | CONTATO: |
| INSC. ESTADUAL: | CNPJ: | |
| VALIDADE DA PROPOSTA: | REPRESENTANTE LEGAL: | |
| DADOS BANCÁRIOS: | | |
| OBJETO Contratação da aquisição de materiais permanentes indispensáveis para o pleno funcionamento administrativo e operacional das Secretarias e Superintendências vinculadas à Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus - BA | | |

Planilha de Quantitativos e Proposta de Preços

| Item | Discriminação | Unidade | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total | Marca |
|-------------------------|---|---------|------------|----------------|-------------|-------|
| | [O Licitante deve preencher a Proposta conforme discriminação, unidade e quantidade para o item que ofertar preço, de acordo com o Termo de Referência – Anexo I] | | | | | |
| Valor Total da Proposta | | | | | | |

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/21, e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº ***/2026/PE/SRP.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, ____/____/____

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE

Observações:

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.**
- 2) Esse modelo deverá ser emitido em papel timbrado do licitante.**



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AD22-2291-5D34-3508

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA (CPF 940.XXX.XXX-20) em 09/06/2026 13:48:02

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://sajba.1doc.com.br/verificacao/AD22-2291-5D34-3508>